

Positivo Tecnologia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Positivo Tecnologia S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de vendas de produtos

Veja as notas explicativas 2.21.(a) e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|---|---|
| <p>As principais fontes de receita da Companhia são as vendas de produtos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto aos clientes, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – <i>Revenue from contract with customer</i>).</p> <p>A transferência de controle dos produtos ocorre quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Consequentemente, no final de cada exercício, a Companhia mensura o montante das vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes. A mensuração do montante dos produtos em trânsito é calculada com base nas respectivas datas de entrega nas instalações em que os clientes estão localizados.</p> <p>Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho e implementação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas;- avaliação, com base em uma amostra, dos comprovantes de entrega e aceite dos produtos pelos clientes;- avaliação, com base em uma amostra, dos produtos em trânsito, por meio de comprovantes de entrega subsequentes à 31 de dezembro de 2021 e pelos respectivos pedidos de venda;- avaliação sobre as divulgações relevantes relacionadas ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos nas demonstrações financeiras. <p>Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de produtos, incluindo a mensuração preparada pela administração sobre o montante das mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> |

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | Controladora | | Consolidado | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|--|------------|------------------------|------------------------|------------------|------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | | |
| CIRCULANTE | | | | | | CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 287.152 | 500.734 | 359.007 | 544.162 | Fornecedores | 17 | 870.647 | 484.963 | 1.186.214 | 562.210 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32 | 4.482 | 4.474 | 4.482 | 4.474 | Empréstimos e financiamentos | 18 | 390.072 | 437.298 | 400.196 | 461.373 |
| Contas a receber | 6 | 624.475 | 540.810 | 762.625 | 698.044 | Instrumentos financeiros derivativos | 32 | - | 8.727 | - | 8.727 |
| Estoques | 7 | 1.201.256 | 558.483 | 1.690.347 | 645.750 | Salários e encargos a pagar | | 35.068 | 30.756 | 38.387 | 33.263 |
| Contas a receber com partes relacionadas | 10 | 196.153 | 66.633 | 14.502 | 20.410 | Passivo de arrendamento | 15.a | 7.874 | 8.452 | 9.115 | 9.292 |
| Impostos a recuperar | 8 | 142.639 | 178.156 | 157.222 | 183.356 | Provisões | 19 | 138.024 | 124.143 | 158.080 | 141.362 |
| IRPJ e CSLL | | 14.717 | 35.435 | 18.803 | 37.680 | Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis | 23 | 5.985 | 5.412 | 5.985 | 5.412 |
| Adiantamentos diversos | | 38.209 | 37.343 | 56.229 | 48.753 | Tributos a recolher | | 32.137 | 23.656 | 52.814 | 32.037 |
| Outros créditos | 9 | 52.873 | 27.225 | 56.823 | 28.608 | Dividendos a pagar | 24.f | 47.611 | 48.609 | 47.611 | 48.609 |
| | | <u>2.561.956</u> | <u>1.949.293</u> | <u>3.120.040</u> | <u>2.211.237</u> | Receita diferida | 8 e 20 | 4.759 | 7.492 | 5.753 | 7.492 |
| | | | | | | Contas a pagar com partes relacionadas | 10 | 9.810 | 7.477 | 7.45 | 1.213 |
| | | | | | | Outras contas a pagar | 21 | 19.455 | 45.569 | 32.751 | 59.942 |
| | | | | | | | | <u>1.561.442</u> | <u>1.232.554</u> | <u>1.937.651</u> | <u>1.370.932</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Empréstimos e financiamentos | 18 | 481.729 | 279.061 | 500.406 | 301.561 |
| Impostos a recuperar | 8 | 275.650 | 275.380 | 275.722 | 275.415 | Passivo de arrendamento | 15.a | 23.754 | 28.921 | 26.525 | 31.839 |
| Tributos diferidos | | - | - | 624 | 599 | Provisões | 19 | 46.211 | 19.306 | 46.211 | 19.306 |
| Outros créditos | 9 | 63.240 | 60.984 | 63.636 | 61.571 | Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis | 23 | 39.584 | 34.497 | 39.584 | 34.497 |
| | | <u>338.890</u> | <u>336.364</u> | <u>339.982</u> | <u>337.585</u> | Contas a pagar com partes relacionadas | 10 | 5.627 | - | 3.440 | 4.393 |
| | | | | | | Provisão para perda em investimentos | 11 e 14 .a | 475 | 1.273 | 475 | 457 |
| | | | | | | Tributos diferidos | | - | - | 654 | - |
| | | | | | | Outras contas a pagar | 21 | 98 | 687 | 17.529 | 28.512 |
| | | | | | | | | <u>597.478</u> | <u>363.745</u> | <u>634.824</u> | <u>420.565</u> |
| | | | | | | TOTAL DO PASSIVO | | 2.158.920 | 1.596.299 | 2.572.475 | 1.791.497 |
| Investimento em controladas | 11 | 302.880 | 200.629 | - | - | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture") | 14 | - | - | 37.942 | 38.538 | Capital social | 24.a | 721.670 | 721.670 | 721.670 | 721.670 |
| Investimento em coligadas e outros | 12 e 13 | 26.789 | 18.001 | 76.284 | 53.154 | Reserva de capital | 24.b | 119.939 | 119.411 | 119.939 | 119.411 |
| Imobilizado | 15 | 72.456 | 73.590 | 92.894 | 86.298 | Reserva de lucros | 24.c | 361.419 | 211.233 | 361.419 | 211.233 |
| | | | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | 24.d | (10.069) | (17.075) | (10.069) | (17.075) |
| Intangível | 16 | 27.780 | 40.336 | 86.994 | 97.823 | Ações em tesouraria | 24.e | (21.128) | (13.325) | (21.128) | (13.325) |
| | | <u>429.905</u> | <u>332.556</u> | <u>294.114</u> | <u>275.813</u> | Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | <u>1.171.831</u> | <u>1.021.914</u> | <u>1.171.831</u> | <u>1.021.914</u> |
| | | | | | | Participação de acionistas não controladores | | - | - | 9.830 | 11.224 |
| | | <u>768.795</u> | <u>668.920</u> | <u>634.096</u> | <u>613.398</u> | Patrimônio líquido total | | <u>1.171.831</u> | <u>1.021.914</u> | <u>1.181.661</u> | <u>1.033.138</u> |
| TOTAL ATIVO | | 3.330.751 | 2.618.213 | 3.754.136 | 2.824.635 | TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 3.330.751 | 2.618.213 | 3.754.136 | 2.824.635 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| RECEITA LÍQUIDA | 25 | 3.110.312 | 1.991.623 | 3.365.487 | 2.192.173 |
| CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS | 26 | (2.466.596) | (1.609.151) | (2.596.881) | (1.743.427) |
| LUCRO BRUTO | | 643.716 | 382.472 | 768.606 | 448.746 |
| Despesas com vendas | 26 | (350.916) | (253.994) | (363.763) | (272.919) |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (133.714) | (125.773) | (163.437) | (136.782) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 8 | 38.677 | 227.604 | 57.585 | 237.507 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 11 a 14 | 82.469 | 23.544 | 4.158 | 1.124 |
| | | (363.484) | (128.619) | (465.457) | (171.070) |
| RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 280.232 | 253.853 | 303.149 | 277.676 |
| Receitas financeiras | 28 | 40.498 | 56.497 | 43.706 | 59.756 |
| Despesas financeiras | 28 | (144.857) | (92.375) | (158.768) | (100.576) |
| Variação cambial, líquida | 28 | 24.385 | 48.895 | 20.150 | 35.533 |
| | | (79.974) | 13.017 | (94.912) | (5.287) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 200.258 | 266.870 | 208.237 | 272.389 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 22 | - | (14.359) | (4.712) | (15.139) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22 | - | (61.540) | (629) | (61.408) |
| | | - | (75.899) | (5.341) | (76.547) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 200.258 | 190.971 | 202.896 | 195.842 |
| Atribuível aos Controladores | | N/A | N/A | 200.258 | 190.971 |
| Atribuível aos não Controladores | | N/A | N/A | 2.638 | 4.871 |
| LUCRO POR AÇÃO - R\$ | | | | | |
| Básico | 29 | N/A | N/A | 1,4287 | 1,4024 |
| Diluído | 29 | N/A | N/A | 1,4234 | 1,4005 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 200.258 | 190.971 | 202.896 | 195.842 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | |
| Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | | | | | |
| Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior | | | | | |
| Variação cambial sobre investimentos no exterior | | | | | |
| Crounal S.A./PBG Uruguay S.A. | 11 | 6.025 | 18.329 | 6.025 | 18.329 |
| Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited | 11 e 14 | 51 | 1.364 | 51 | 1.364 |
| Positivo Argentina S.R.L | | 42 | (36) | 42 | (36) |
| Hedges de Fluxo de Caixa | | | | | |
| Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa | 32 | 888 | 720 | 888 | 720 |
| | | 7.006 | 20.377 | 7.006 | 20.377 |
| Resultado abrangente do exercício | | 207.264 | 211.348 | 209.902 | 216.219 |
| Resultado abrangente atribuído aos controladores | | | | 207.264 | 211.348 |
| Resultado abrangente atribuído aos não controladores | | | | 2.638 | 4.871 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

| Controladora e Consolidado | | | | | | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Nota | Capital Social | Reserva de capital | | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva de lucros | | Ações em tesouraria | Lucro líquido do exercício | Total do patrimônio líquido | Participação dos não controladores | Patrimônio líquido consolidado |
| | | Reserva de incentivos fiscais | Opções outorgadas reconhecidas | | Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | | | | | |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 389.000 | 118.132 | 1.158 | (37.452) | 68.606 | 81 | (12.501) | - | 527.024 | 7.868 | 534.892 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 190.971 | 190.971 | 4.871 | 195.842 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | | | | | | |
| Hedges de fluxo de caixa | - | - | - | 720 | - | - | - | - | 720 | - | 720 |
| Ajuste acumulado de conversão | - | - | - | 19.657 | - | - | - | - | 19.657 | - | 19.657 |
| Total de resultado abrangente | - | - | - | 20.377 | - | - | - | 190.971 | 211.348 | 4.871 | 216.219 |
| Aumento de capital | 353.700 | - | - | - | - | - | - | - | 353.700 | - | 353.700 |
| (-) Gastos com emissão de ações | (21.030) | - | - | - | - | - | - | - | (21.030) | - | (21.030) |
| Exercício/cancelamento de Opções | - | - | (310) | - | (373) | - | 1.077 | - | 394 | - | 394 |
| Opções outorgadas reconhecidas | - | - | 431 | - | - | - | - | - | 431 | - | 431 |
| Dividendo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | (48.055) | (48.055) | - | (48.055) |
| Dividendo restituído a reserva de incentivos fiscais | - | - | - | - | 3 | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Apropriação do lucro do exercício | - | - | - | - | 132.799 | 10.117 | - | (142.916) | - | - | - |
| Ações em tesouraria | - | - | - | - | - | - | (1.901) | - | (1.901) | - | (1.901) |
| Lucros distribuídos aos acionistas não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.515) | (1.515) |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 721.670 | 118.132 | 1.279 | (17.075) | 201.035 | 10.198 | (13.325) | - | 1.021.914 | 11.224 | 1.033.138 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 721.670 | 118.132 | 1.279 | (17.075) | 201.035 | 10.198 | (13.325) | - | 1.021.914 | 11.224 | 1.033.138 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 200.258 | 200.258 | 2.638 | 202.896 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | | | | | | |
| Hedges de fluxo de caixa | - | - | - | 888 | - | - | - | - | 888 | - | 888 |
| Ajuste acumulado de conversão | - | - | - | 6.118 | - | - | - | - | 6.118 | - | 6.118 |
| Total de resultado abrangente | - | - | - | 7.006 | - | - | - | 200.258 | 207.264 | 2.638 | 209.902 |
| Exercício de Opções | - | - | (947) | - | (2.511) | - | 6.829 | - | 3.371 | - | 3.371 |
| Opções outorgadas reconhecidas | - | - | 1.475 | - | - | - | - | - | 1.475 | - | 1.475 |
| Dividendo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | (47.561) | (47.561) | - | (47.561) |
| Apropriação do lucro do exercício | - | - | - | - | 142.684 | 10.013 | - | (152.697) | - | - | - |
| Ações em tesouraria | - | - | - | - | - | - | (14.632) | - | (14.632) | - | (14.632) |
| Lucros distribuídos aos acionistas não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.032) | (4.032) |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 721.670 | 118.132 | 1.807 | (10.069) | 341.208 | 20.211 | (21.128) | - | 1.171.831 | 9.830 | 1.181.661 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)**

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 200.258 | 190.971 | 202.896 | 195.842 |
| Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) gerado nas operações: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 26 | 39.135 | 40.906 | 42.344 | 46.102 |
| Equivalência patrimonial | 11 a 14 | (82.469) | (23.544) | (4.158) | (1.124) |
| Ganho no valor justo e ajuste a valor presente | | (29.239) | (23.140) | (35.656) | (23.551) |
| Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis | 23 | 11.488 | 4.717 | 11.488 | 4.717 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6 | 7.261 | 10.974 | 7.401 | 11.252 |
| Provisão para perdas com estoques | 7 | 10.738 | 19.924 | 20.827 | 23.802 |
| Provisões e receitas diferidas | | 38.053 | 64.144 | 41.884 | 71.107 |
| Stock options | 33 | 1.475 | 431 | 1.475 | 431 |
| Encargos sobre empréstimos e contratos de arrendamento | | 84.101 | 58.855 | 89.200 | 61.796 |
| Variação cambial | | 3.382 | (6.260) | 6.743 | (5.967) |
| Juros sobre impostos | | (16.401) | (31.810) | (16.506) | (31.810) |
| Ganho na alienação de Imobilizados | | (3.458) | - | (3.458) | - |
| Ganhos em processos administrativos e judiciais | 8 | (10.476) | (217.589) | (14.734) | (221.376) |
| Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido) | 22 | - | 75.899 | 5.341 | 76.547 |
| | | 253.848 | 164.478 | 355.087 | 207.768 |
| (Aumento) diminuição de ativos: | | | | | |
| Contas a receber | | (92.413) | (347.579) | (7.4514) | (451.149) |
| Estoques | | (651.803) | (154.952) | (1.061.553) | (190.753) |
| Impostos a recuperar | | 80.777 | (33.874) | 69.167 | (37.104) |
| Adiantamentos diversos | | (1.198) | 14.967 | (7.860) | 15.790 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | (121.560) | (39.144) | 9.904 | 15.296 |
| Outros créditos | | (20.839) | 11.068 | (19.615) | 15.352 |
| Aumento (diminuição) de passivos: | | | | | |
| Fornecedores | | 422.990 | 161.324 | 659.992 | 178.231 |
| Obrigações tributárias | | 8.481 | 2.888 | 20.777 | 8.002 |
| Outras contas a pagar | | (22.391) | 48.360 | (23.041) | 55.323 |
| Indenizações | | (5.828) | - | (5.828) | - |
| Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento | | (63.505) | (38.335) | (68.264) | (40.412) |
| | | (467.289) | (375.277) | (500.835) | (431.424) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | (213.441) | (210.799) | (145.748) | (223.656) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | | | |
| Integralização de capital - investida | 13 | (23.250) | (13.990) | (13.501) | (12.000) |
| Pagamento por aquisição de controlada | 21.b | - | - | (10.009) | (5.331) |
| Aquisição de imobilizado | 15 | (16.946) | (7.137) | (27.481) | (9.186) |
| Aumento do intangível | 16 | (11.749) | (19.813) | (16.043) | (22.121) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (51.945) | (40.940) | (67.034) | (48.638) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Aumento do capital social | | - | 332.670 | - | 332.670 |
| Pagamentos de dividendos | 24.f | (48.559) | (4.003) | (52.591) | (5.518) |
| Captação de empréstimos | 18 | 689.110 | 651.535 | 689.110 | 698.105 |
| Amortização de empréstimos | 18 | (569.976) | (609.365) | (588.090) | (658.452) |
| Pagamento de contratos de arrendamento | 15.a | (7.510) | (7.674) | (8.604) | (8.415) |
| Recuperação de ações | 24.e | (14.632) | (1.901) | (14.632) | (1.901) |
| Recursos provenientes do exercício de opções de ações | 33 | 3.371 | 394 | 3.371 | 394 |
| Caixa líquido, gerado pelas atividades de financiamento | | 51.804 | 361.656 | 28.564 | 356.883 |
| Variação cambial sobre caixa e equivalentes | | - | - | (937) | (1.141) |
| (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO | | (213.582) | 109.917 | (185.155) | 83.448 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 5 | 500.734 | 390.817 | 544.162 | 460.714 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 5 | 287.152 | 500.734 | 359.007 | 544.162 |
| (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO | | (213.582) | 109.917 | (185.155) | 83.448 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de produtos e serviços | 3.691.613 | 2.327.440 | 3.986.579 | 2.585.439 |
| Devoluções e descontos comerciais | (136.999) | (66.319) | (153.013) | (62.769) |
| Verba de propaganda cooperada e rebate | (93.526) | (64.910) | (91.549) | (64.959) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (7.261) | (10.974) | (7.401) | (11.252) |
| Outras receitas | 3.314 | 220.815 | 22.208 | 221.329 |
| | 3.457.141 | 2.406.052 | 3.756.824 | 2.667.788 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | (2.381.493) | (1.552.880) | (2.467.283) | (1.662.579) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (261.096) | (198.354) | (283.922) | (219.478) |
| Comissões | (46.146) | (32.702) | (54.883) | (42.179) |
| Marketing | (35.567) | (27.176) | (36.770) | (29.227) |
| | (2.724.302) | (1.811.112) | (2.842.858) | (1.953.463) |
| Valor adicionado bruto | 732.839 | 594.940 | 913.966 | 714.325 |
| Depreciação e amortização | (39.435) | (40.906) | (42.344) | (46.102) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 693.704 | 554.034 | 871.622 | 668.223 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 82.469 | 23.544 | 4.158 | 1.124 |
| Receitas financeiras e variações cambiais ativas | 142.589 | 216.842 | 162.963 | 257.334 |
| | 225.058 | 240.386 | 167.121 | 258.458 |
| Valor adicionado total a distribuir | 918.762 | 794.420 | 1.038.743 | 926.681 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | 125.109 | 95.931 | 150.692 | 106.213 |
| Benefícios | 28.320 | 23.291 | 37.983 | 27.787 |
| FGTS | 9.629 | 6.357 | 10.809 | 7.143 |
| | 163.058 | 125.579 | 199.484 | 141.143 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | 279.976 | 243.561 | 332.645 | 274.686 |
| Estaduais | 46.021 | 26.580 | 37.976 | 47.844 |
| Municipais | 3.233 | 1.960 | 3.847 | 2.387 |
| | 329.230 | 272.101 | 374.468 | 324.917 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros e despesas financeiras | 144.857 | 92.375 | 158.768 | 100.576 |
| Aluguéis | 3.653 | 1.945 | 4.020 | 2.158 |
| Variação cambial | 77.706 | 111.449 | 99.107 | 162.045 |
| | 226.216 | 205.769 | 261.895 | 264.779 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | |
| Dividendos | 47.561 | 48.055 | 47.561 | 48.055 |
| Lucro retido | 152.697 | 142.916 | 152.697 | 142.916 |
| Parcela dos não controladores no lucro retido | - | - | 2.638 | 4.871 |
| | 200.258 | 190.971 | 202.896 | 195.842 |
| Valor adicionado total distribuído | 918.762 | 794.420 | 1.038.743 | 926.681 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | CONTEXTO OPERACIONAL..... | 9 |
| 2. | POLÍTICAS CONTÁBEIS..... | 10 |
| 3. | PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS..... | 25 |
| 4. | NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES..... | 27 |
| 5. | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 28 |
| 6. | CONTAS A RECEBER..... | 28 |
| 7. | ESTOQUES..... | 29 |
| 8. | IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR..... | 30 |
| 9. | OUTROS CRÉDITOS..... | 32 |
| 10. | PARTES RELACIONADAS..... | 33 |
| 11. | INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS..... | 34 |
| 12. | INVESTIMENTO EM COLIGADAS..... | 35 |
| 13. | OUTROS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADO)..... | 36 |
| 14. | INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")..... | 37 |
| 15. | IMOBILIZADO..... | 38 |
| 16. | INTANGÍVEL..... | 40 |
| 17. | FORNECEDORES..... | 41 |
| 18. | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS..... | 42 |
| 19. | PROVISÕES..... | 44 |
| 20. | RECEITA DIFERIDA..... | 45 |
| 21. | OUTRAS CONTAS A PAGAR..... | 46 |
| 22. | IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL..... | 47 |
| 23. | PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS..... | 47 |
| 24. | PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 49 |
| 25. | RECEITA..... | 52 |
| 26. | DESPESAS POR NATUREZA..... | 52 |
| 27. | INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS..... | 53 |
| 28. | RESULTADO FINANCEIRO..... | 55 |
| 29. | LUCRO POR AÇÃO..... | 55 |
| 30. | GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS..... | 56 |
| 31. | INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA..... | 62 |
| 32. | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS..... | 62 |

| | | |
|-----|---------------------------------------|----|
| 33. | PLANO DE RECOMPRA E AÇÕES..... | 65 |
| 34. | SEGUROS – CONSOLIDADO | 67 |
| 35. | TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA | 67 |
| 36. | EVENTOS SUBSEQUENTES..... | 67 |

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma empresa de tecnologia com sede no Brasil, fundada em 1989 e desde dezembro de 2006 tem suas ações (POS13) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, servidores, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, celulares, smartphones e softwares educacionais, e uma linha de produtos voltada para a "internet das coisas".

b) COVID-19

Não foram identificados impactos relevantes referentes a pandemia de Covid-19 nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia continua com as medidas adotadas no início da pandemia, dentre as quais destacamos a manutenção do comitê de combate a crise, trabalho home office para os colaboradores da área administrativa, que representam cerca de 47% do quadro de funcionários, rigoroso controle sanitário nas áreas fabris proporcionando maior segurança aos colaboradores.

A Administração segue monitorando a situação da pandemia no mundo, avaliando quaisquer impactos ou riscos relevantes às operações da Companhia.

c) Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2022.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os

efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

| | Participação % | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Controladas Diretas | | |
| Positivo Smart Tecnologia Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| Portal Mundo Positivo Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| Crounal S.A. | 100,00 | 100,00 |
| Positivo Argentina S.R.L. | 100,00 | 100,00 |
| Boreo Indústria de Componentes Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| Positivo Distribuição e Comércio Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes. | 100,00 | 100,00 |
| Controladas Indiretas | | |
| Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda. | | |
| Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. | 80,00 | 80,00 |

b) Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da

Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da joint venture.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

| | Participação % | |
|---|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Empreendimento controlado em conjunto | | |
| Informática Fueguina S.A. | 50,00 | 50,00 |
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | 50,10 | 50,10 |
| Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda. | | |
| PBG Rwanda Limited. | 50,00 | 50,00 |
| Investida da Crounal S.A. | | |
| PBG Uruguay S.A. | 50,00 | 50,00 |

c) Coligadas

Uma Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

| | Participação % | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Coligadas | | | | |
| Hi Technologies Holding Ltd. | 23,00 | 23,00 | 28,01 | 28,01 |
| Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes | 20,34 | - | 25,57 | - |
| Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes | 25,83 | - | 31,52 | - |
| Investida da Hi Technologies Holding Ltd. | | | | |
| Hi Technologies S.A. | 23,00 | 23,00 | 28,01 | 28,01 |

d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição:

| Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes | Participação % | |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A. | 20,00 | 20,00 |
| Agrosmart S.A. | 12,40 | 12,40 |
| Ambar Living S.A. | 5,70 | 5,70 |
| Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda | 13,65 | 13,65 |
| Pharmalog S.A. | 33,00 | 33,00 |
| Encontre Um Nerd S.A. | 8,02 | - |

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 27 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são varejo, governo e servidores.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "outros investimentos".

b) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
- b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
- c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concederam ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;

- d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto que não consideraria em cenários anteriores ao da pandemia da COVID-19. Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa n.º 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações contábeis.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As notas 30 a 32 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de uma operação em moeda estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge, e a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros

resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Maiores detalhes sobre a instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) estão descritos na nota 32.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de cada operação e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de vendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores

residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

| <u>Ativo imobilizado</u> | <u>Vida útil (anos)</u> |
|----------------------------------|-------------------------|
| Máquinas e equipamentos | 15 |
| Benfeitorias sobre imóvel locado | 10 |
| Hardware | 5 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Instalações industriais | 13 |
| Edificações | 25 |
| Outros imobilizados | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) Ativo intangível gerado internamente em andamento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para

- completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

c) Ativo intangível gerado internamente concluído

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

e) Vida útil ativo intangível:

Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Companhia:

| Ativo intangível | Vida útil (anos) |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| Projetos desenvolvidos internamente | 3 a 5 |
| Software | 3 a 5 |
| Licenças de uso | 5 |

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento

é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

O prazo remanescente dos contratos de arrendamento, que são os mesmos períodos em que os ativos de direito de uso serão depreciados, compreendem o período de 10 a 52 meses.

b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas, exceto o crédito financeiro instituído pela Lei 13.969/2019 que é tratado como outras receitas operacionais. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver

sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio.

2.16. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 33.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

2.21. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

a) Receita de vendas

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade dos riscos e do controle dos bens para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas). Excepcionalmente algumas operações são do tipo “faturar e manter” (*bill-and-hold*), onde contratualmente o cliente tem o controle do produto mesmo que ele continue sob a posse física da entidade. Nesse caso, o cliente tem a capacidade de direcionar o uso e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes do produto, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física desse produto.

b) Prestação de serviços

As receitas de serviços são mensuradas com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes e são reconhecidas quando as obrigações previstas forem efetivamente satisfeitas e quando há direito de recebimento dos valores. Dentre os principais serviços prestados pela Companhia destacamos as soluções para a área de tecnologia educacional, consultoria e desenvolvimento de softwares, locação de equipamentos e assistência técnica.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Mensuração do valor justo (notas explicativas 30 e 32)

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas 30 e 32.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 6)

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida

útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

c) Realização dos estoques (nota explicativa 7)

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

d) Impostos a recuperar (nota explicativa 8)

Conforme descrito na nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

e) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento. (notas explicativas 15 e 16)

O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

A Companhia realizou durante 2021, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações necessárias.

f) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 23)

As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações.

As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis.

As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

g) Provisões (nota explicativa 19)

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Alterações às normas com adoção para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, para as quais não há impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

| Norma | Vigência (em ou após) | Tema abordado |
|---|----------------------------------|--|
| Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26/IAS 1 | 01/06/2021 | O pronunciamento passa a apresentar critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos elementos patrimoniais, de elaboração das demonstrações contábeis pelas entidades em liquidação e de divulgações adicionais. |
| Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23/IAS 8 | 01/06/2021 | A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas IFRS. |
| Alteração ao CPC 06/IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 | 01/06/2021 | Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. |

Normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 e não adotadas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras, para as quais a Administração não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

| Norma | Vigência (em ou após) | Tema abordado |
|--|----------------------------------|---|
| Contratos Onerosos - Alterações ao CPC 25/IAS 37 | 01/01/2022 | As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso |

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

| | | |
|---|------------|---|
| Imposto diferido - alterações ao CPC 32/IAS 12 | 01/01/2023 | As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias |
| Imobilizado - Alterações ao CPC 27/IAS 16 | 01/01/2022 | As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso |
| Referência à Estrutura Conceitual - Alterações ao CPC 15/IFRS 3 | 01/01/2022 | As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. |
| Alterações ao CPC16/IAS 1- Classif. de Passivos como Circ. ou Não Circ. | 01/01/2023 | As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, |
| IFRS 17 - Contratos de Seguro | 01/01/2023 | A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro. |

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Bancos | 40.234 | 12.450 | 63.908 | 53.446 |
| Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI | 246.918 | 488.284 | 295.099 | 490.716 |
| | 287.152 | 500.734 | 359.007 | 544.162 |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 94,99% (101,43% em dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| A vencer | 415.150 | 389.013 | 537.354 | 522.707 |
| Vencidos até 30 dias | 84.294 | 51.097 | 87.129 | 53.282 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 28.610 | 39.924 | 33.650 | 44.456 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 46.515 | 11.245 | 47.852 | 17.333 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 21.305 | 21.254 | 22.852 | 26.713 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | 18.044 | 19.558 | 19.715 | 21.486 |
| Vencidos há mais de 361 dias | 73.781 | 63.408 | 78.940 | 67.093 |
| (-) Provisão para perda de créditos esperadas | (59.412) | (52.364) | (59.951) | (52.642) |
| (-) Ajuste a valor presente | (3.812) | (2.325) | (4.916) | (2.384) |
| | 624.475 | 540.810 | 762.625 | 698.044 |

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há

dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperada no exercício:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Saldo no início do período | (52.364) | (41.390) | (52.642) | (41.390) |
| Reversões / Perdas reconhecidas | 213 | - | 92 | - |
| Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas | (7.261) | (10.974) | (7.401) | (11.252) |
| | (59.412) | (52.364) | (59.951) | (52.642) |

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 72% do montante a receber em 31 de dezembro de 2021 (cerca de 71% em 31 de dezembro de 2020).

O período médio de recebimento é de 81 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2020), em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos devem-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 18.134 (R\$ 29.587 em 31 de dezembro de 2020).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

7. ESTOQUES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Matérias-primas | 641.499 | 266.921 | 891.763 | 307.751 |
| Produtos acabados | 290.963 | 184.620 | 351.339 | 200.889 |
| Importações em andamento (a) | 232.732 | 98.595 | 361.914 | 113.312 |
| Adiantamentos a fornecedores | 119.561 | 81.108 | 184.720 | 102.360 |
| Provisão para perdas com estoques (b) | (83.499) | (72.761) | (99.389) | (78.562) |
| | 1.201.256 | 558.483 | 1.690.347 | 645.750 |

a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que, na data do encerramento dessas demonstrações financeiras, já haviam sido embarcados pelos fornecedores, entretanto, encontram-se em trânsito e estavam sob a responsabilidade e controle da Companhia.

b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de

utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

Em 2021, as matérias-primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo dos produtos vendidos e serviços prestados' totalizaram R\$ 2.390.202 (2020: R\$ 1.559.017) e R\$ 2.478.105 (2020:R\$ 1.669.707), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| ICMS | (a) | 102.157 | 106.960 | 107.952 | 108.347 |
| IPI | | 15.323 | 52.537 | 15.404 | 52.592 |
| PIS | | 2.937 | 3.082 | 3.016 | 3.147 |
| COFINS | | 11.849 | 14.025 | 12.198 | 14.323 |
| Crédito Financeiro Lei 13.969/2019 PIS E COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo | (b) | 37.567 | 19.472 | 41.062 | 22.531 |
| Outros impostos a recuperar | (c) | 237.865 | 223.486 | 242.229 | 223.486 |
| | | 418.289 | 453.536 | 432.944 | 458.771 |
| Parcela no circulante | | 142.639 | 178.156 | 157.222 | 183.356 |
| Parcela no não circulante | | 275.650 | 275.380 | 275.722 | 275.415 |

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

(i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

(ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;

(iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2021 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R\$ 381.625 (R\$ 225.522 em 31 de dezembro 2020) e R\$ 403.391 (R\$ 226.757 em 31 de dezembro 2020), respectivamente, relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa 25) e manteve o valor de R\$ 4.759 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.753

(R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) no passivo, sob a rubrica de receita diferida, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, respectivamente. O valor registrado no passivo será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 16.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

Realização dos créditos fiscais

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira foi reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda foi a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

b) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

A partir de 1 de abril de 2020, entraram em vigor as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019 que alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conhecida como “Lei de Informática”. Com a nova legislação as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício acima mencionado, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o montante de R\$ 77.758 (R\$ 39.604 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 87.256 (R\$ 54.091 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

c) PIS e COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo

A Companhia obteve êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de segurança impetrado em 2010, foi julgado favoravelmente à Companhia, e foi transitada em julgado em outubro de 2020.

A referida decisão, autoriza expressamente a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e determina a atualização do indébito pela SELIC, nos termos do art. 39, § 4º da Lei nº. 9.250/95.

Em 2021 a Companhia obteve novas informações que não estavam disponíveis anteriormente e não foram consideradas no levantamento inicial uma vez que não havia razoável certeza para incluir estes elementos na estimativa inicial. Portanto, com base nessas informações a Companhia

registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 montante adicional, que incluiu correções monetárias, no valor total de R\$ 22.448, sendo R\$ 10.476 na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais” e R\$ 11.972 na rubrica de “receitas financeiras” nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 26.812, sendo R\$ 14.735 em “outras receitas (despesas) operacionais” e R\$ 12.077 em “receitas financeiras”, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Realização dos créditos fiscais

A análise de realização dos créditos tributários dos itens (b) e (c) considerou a execução do plano de negócios da Companhia para os próximos períodos, que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos.

9. OUTROS CRÉDITOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Despesas antecipadas | 15.001 | 10.592 | 16.090 | 11.481 |
| Depósitos judiciais (a) | 68.240 | 65.960 | 68.360 | 66.051 |
| Despesas financeiras (b) | 29.737 | 10.330 | 31.343 | 10.596 |
| Outros | 3.135 | 1.327 | 4.666 | 2.051 |
| | 116.113 | 88.209 | 120.459 | 90.179 |
| Parcela circulante | 52.873 | 27.225 | 56.823 | 28.608 |
| Parcela não circulante | 63.240 | 60.984 | 63.636 | 61.571 |

- a) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 55.387 visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para PIS e COFINS, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda nesse processo é remota.
- b) Despesas financeiras a apropriar referente a contratação de carta fiança, cartas de crédito de importação, despesas referentes a emissão de debêntures, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

| | Controladora | | | | | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | Contas a receber | | Contas a pagar | | Vendas e serviços | | Compras e serviços | |
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. | 57 | 57 | 6 | 322 | - | - | 156 | 500 |
| Positivo Educacional Ltda. | 133 | 185 | - | - | 762 | 211 | 372 | 640 |
| Editora Aprende Brasil Ltda. | 271 | 586 | 248 | 253 | 24 | 207 | 956 | 721 |
| Gráfica e Editora Posigraf S.A. | - | 396 | - | - | 4 | 142 | - | - |
| Rosch Administração de Bens Ltda. | - | - | 491 | 638 | - | - | 5.887 | 6.372 |
| Positivo Smart Tecnologia Ltda. | - | - | 5.647 | 5.286 | (b) | - | - | - |
| Boreo Com. de Equipamentos Ltda | 3.869 | 3.869 | (b) | 8.187 | - | - | - | - |
| Informática Fueguina S.A. | - | 208 | - | - | - | - | - | - |
| Portal Mundo Positivo Ltda. | - | - | 536 | 536 | - | - | - | - |
| Crounal S.A. | - | - | 322 | 315 | (a) | - | - | - |
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | 941 | 941 | - | - | - | - | - | - |
| PBG Uruguay S.A. | - | 89 | - | - | - | - | - | - |
| Boreo Indústria de Componentes Ltda | 131.828 | 23.371 | (a) | - | 4.359 | 9.796 | 745.214 | 381.223 |
| Positivo Distribuição e Comércio Ltda. | 59.054 | 22.129 | (a) | - | (a) | 88.509 | 38.923 | 23.488 |
| ACC Brasil Indústria e Com. de Computadores Ltda | - | 14.802 | (a) | - | 3.889 | 91.703 | 1.487 | 4.535 |
| | 196.153 | 66.633 | 15.437 | 7.477 | 97.547 | 140.982 | 754.428 | 417.479 |
| Parcela no circulante | 196.153 | 66.633 | 9.810 | 7.477 | - | - | - | - |
| Parcela no não circulante | - | - | 5.627 | - | - | - | - | - |

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | Contas a receber | | Contas a pagar | | Vendas e serviços | | Compras e serviços | |
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. | 57 | 57 | 6 | 322 | - | - | 156 | 500 |
| Positivo Educacional Ltda. | 133 | 185 | - | - | 762 | 211 | 372 | 640 |
| Editora Aprende Brasil Ltda. | 271 | 586 | 248 | 253 | 24 | 207 | 956 | 721 |
| Gráfica e Editora Posigraf S.A. | - | 396 | - | - | 4 | 142 | - | - |
| Rosch Administração de Bens Ltda. | - | - | 491 | 638 | - | - | 5.887 | 6.372 |
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | 941 | 941 | - | - | - | - | - | - |
| PBG Uruguay S.A. | 5.750 | 7.884 | (c) | - | - | - | - | - |
| Informática Fueguina S.A. | 6.050 | 5.759 | (a) | - | - | - | - | - |
| Sócios não controladores ACC Brasil Ind E Com. | 1.300 | 4.602 | (d) | 3.440 | 4.393 | (d) | - | - |
| | 14.502 | 20.410 | 4.185 | 5.606 | 790 | 560 | 7.371 | 8.233 |
| Parcela no circulante | 14.502 | 20.410 | 7.45 | 1.213 | - | - | - | - |
| Parcela no não circulante | - | - | 3.440 | 4.393 | - | - | - | - |

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

- a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

Adicionalmente a Companhia possui com a empresa Boreo Indústria de Componentes Ltda., créditos decorrentes de adiantamentos para aquisição de insumos e rateio de despesas conforme fluxo normal das operações.

- b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, não tem prazo previsto para liquidação.
- c) Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Crounal S.A. apresentava o montante de R\$ 5.750 referente a dividendos a serem recebidos da Joint Venture PBG Uruguay S.A..
- d) O saldo passivo refere-se à captação de recursos realizados pela ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. junto aos sócios não controladores. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2022 a 2024. Os valores são atualizados pela variação positiva do IGP-M. O saldo ativo é referente a distribuição antecipada de lucros realizada aos sócios não controladores.

Remuneração dos Administradores

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 8.963 (R\$ 6.250 em 31 de dezembro de 2021), referente aos benefícios de curto e longo prazo.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

| | | Saldo em 31/12/2020 | Aporte de Capital | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste de avaliação patrimonial | Saldo em 31/12/2021 |
|---|-----|------------------------|----------------------|---|---------------------------------------|------------------------|
| Investimentos | | | | | | |
| Positivo Smart Tecnologia Ltda. | | 55.005 | - | 6.497 | 51 | 61.553 |
| Crounal S.A. | (a) | 79.939 | - | 7.755 | 6.025 | 93.719 |
| Portal Mundo Positivo Ltda. | | 685 | - | - | - | 685 |
| Positivo Argentina S.R.L. | (b) | 269 | - | 1.081 | 42 | 1.392 |
| Positivo Distribuição e Comércio Ltda. | (c) | 19.748 | - | 5.871 | - | 25.619 |
| Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes | (d) | 44.983 | 16.000 | 7.506 | - | 68.489 |
| Boreo Industria de Componentes Ltda. | (e) | - | - | 51.423 | - | 51.423 |
| | | 200.629 | 16.000 | 80.133 | 6.118 | 302.880 |

| | | Saldo em 31/12/2020 | Resultado de equivalência patrimonial | Saldo em 31/12/2021 |
|---|-----|------------------------|---|------------------------|
| Provisão para perda em investimentos | | | | |
| Boreo Industria de Componentes Ltda. | (e) | (816) | 816 | - |
| | | (816) | 816 | - |

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

| | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) | Receita líquida | Lucro líquido (prejuízo) |
|---|---------|---------|--|--------------------|-----------------------------|
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | |
| Positivo Smart Tecnologia Ltda. | 93.574 | 32.021 | 61.553 | - | 6.497 |
| Portal Mundo Positivo Ltda. | 687 | 2 | 685 | - | - |
| Crounal S.A. | 109.488 | 15.769 | 93.719 | 110.134 | 7.755 |
| Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta) | 8.761 | 13.473 | (4.712) | - | (885) |
| Boreo Indústria de Componentes Ltda. | 502.795 | 451.372 | 51.423 | 716.225 | 52.239 |
| Positivo Argentina S.R.L. | 2.522 | 1.130 | 1.392 | 3.866 | 1.081 |
| Positivo Distribuição e Comércio Ltda. | 95.801 | 70.182 | 25.619 | 86.835 | 5.871 |
| ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta) | 65.436 | 26.894 | 38.542 | 101.582 | 11.810 |
| Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes | 74.520 | 32 | 74.488 | - | 7.506 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | |
| Positivo Smart Tecnologia Ltda. | 96.151 | 41.146 | 55.005 | - | 16.450 |
| Portal Mundo Positivo Ltda. | 687 | 2 | 685 | - | - |
| Crounal S.A. | 85.714 | 5.775 | 79.939 | 39.015 | (1.797) |
| Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta) | 10.005 | 13.832 | (3.827) | - | - |
| Boreo Indústria de Componentes Ltda. | 95.304 | 96.120 | (816) | 367.103 | 1.002 |
| Positivo Argentina S.R.L. | 1.643 | 1.374 | 269 | 4.419 | 150 |
| Positivo Distribuição e Comércio Ltda. | 52.104 | 32.356 | 19.748 | 76.591 | 1.292 |
| ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta) | 89.782 | 51.529 | 38.253 | 191.965 | 20.744 |
| Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes | 48.430 | 32 | 48.398 | - | 1.154 |

- a) Com sede na cidade Montevideo – Uruguai, a Crounal S.A. tem por objetivo social a revenda componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.
- b) Com sede na cidade de Buenos Aires, a Positivo Argentina S.R.L. tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação. A controlada tem como moeda funcional o peso argentino.

- c) A Positivo Distribuição e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.) iniciou suas operações em julho de 2018, com sede operacional na cidade de Curitiba-PR e tem como atividades principais a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação.
- d) A Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas emergentes de tecnologia.
- e) Boreo Indústria de Componentes Ltda., tem sede na cidade Manaus – AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.
- f) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

12. INVESTIMENTO EM COLIGADAS

| | | Controladora | | | |
|--|-----|---------------------|---------------------|---------------|-------------------|
| | | Saldo em | Resultado de | | Saldo em |
| | | 31/12/2020 | equivalência | Aporte | 31/12/2021 |
| | | | patrimonial | | |
| Coligadas | | | | | |
| Hi Technologies Holding Ltd | (a) | 18.001 | 1.538 | - | 19.539 |
| Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes (b) | (b) | - | - | 3.100 | 3.100 |
| Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes | (c) | - | - | 4.150 | 4.150 |
| | | 18.001 | 1.538 | 7.250 | 26.789 |
| | | | | | |
| | | Consolidado | | | |
| | | Saldo em | Resultado de | | Saldo em |
| | | 31/12/2020 | equivalência | Aporte | 31/12/2021 |
| | | | patrimonial | | |
| Coligadas | | | | | |
| Hi Technologies Holding Ltd | (a) | 28.154 | 1.873 | - | 30.027 |
| Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes | (b) | - | - | 3.898 | 3.898 |
| Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes | (c) | - | - | 5.065 | 5.065 |
| | | 28.154 | 1.873 | 8.963 | 38.990 |

A participação em coligadas está demonstrada na nota 2.2 (c).

- a) Holding que controla a startup Hi Technologies S.A., empresa de tecnologia voltada para área médica, oferecendo serviço especializado de exames laboratoriais através de dispositivos que permitem a realização dos testes de maneira remota.
- b) Em outubro de 2021 de a Positivo Tecnologia S.A. realizou aportes no montante de R\$ 3.100 na Desenvolve Amazônia - Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em outubro e dezembro de 2021, no montante total de R\$ 798.

- c) Em outubro de 2021 a Positivo Tecnologia S.A. fez aportes no montante R\$ 4.150 na Inova IV Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, que tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

A Boreo Indústria de componentes Ltda. realizou aportes neste fundo em novembro de 2021, no montante total de R\$ 915.

13. OUTROS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADO)

Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P):

| | | Consolidado | | | |
|---|-----|--------------------|------------------|--------------|-------------------|
| | | Saldo em | Aporte de | Valor | Saldo em |
| | | 31/12/2020 | Capital | justo | 31/12/2021 |
| Outros investimentos | | | | | |
| Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A. | (a) | 10.277 | 1.038 | (3.657) | 7.658 |
| Agrosmart S.A. | (b) | 11.723 | - | 11.184 | 22.907 |
| Ambar Living S.A. | (c) | 1.000 | 1.000 | - | 2.000 |
| Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda | (d) | 1.000 | - | - | 1.000 |
| Pharmalog S.A. | (e) | 1.000 | 1.500 | - | 2.500 |
| Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd) | (f) | - | 1.000 | 229 | 1.229 |
| | | 25.000 | 4.538 | 7.756 | 37.294 |

| | | Consolidado | | | |
|---|-----|--------------------|------------------|--------------|-------------------|
| | | Saldo em | Aporte de | Valor | Saldo em |
| | | 31/12/2019 | Capital | justo | 31/12/2020 |
| Outros investimentos | | | | | |
| Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A. | (a) | 10.416 | - | (139) | 10.277 |
| Agrosmart S.A. | (b) | 11.103 | - | 620 | 11.723 |
| Ambar Living S.A. | (c) | - | 1.000 | - | 1.000 |
| Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda | (d) | - | 1.000 | - | 1.000 |
| Pharmalog S.A. | (e) | - | 1.000 | - | 1.000 |
| | | 21.519 | 3.000 | 481 | 25.000 |

A participação em outros investimentos está descrita na nota 2.2 (d).

O ganho (perda) proveniente do valor justo dos investimentos (*fair value*) foi reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

- a) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech), empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte. Em abril de 2021 o F.I.P realizou um aporte adicional de capital nessa investida no montante de R\$ 1.038.
- b) Agrosmart S.A., empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital.
- c) A Ambar Living S.A. desenvolve e fornece soluções inteligentes em tecnologia para otimizar todos os estágios de construção de uma obra. Em maio de 2021 o F.I.P. realizou um novo aporte no montante de R\$ 1.000.

- d) Business Global Consultoria em Agronegócio Ltda., empresas que desenvolve e fornece soluções para controle de fertilização do solo, permitindo ao usuário realizar as configurações do sistema de fertilização, monitorar e controlar a dosagem de insumos.
- e) A Pharmalog S.A. desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura). No ano de 2021 foram realizados nos aportes de capital que totalizaram R\$ 1.500.
- f) Em 24 de março de 2021 o F.I.P. realizou aporte de R\$ 1.000 na empresa Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd) que tem como objeto social a prestação de serviços em tecnologia da informação para empresas com o uso de ferramentas de BPO (Business Process Outsourcing) e RPA (Robot Process Automation).

14. INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

Controladora

| <u>Provisão para perda em investimentos</u> | <u>Saldo em 31/12/2020</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial</u> | <u>Saldo em 31/12/2021</u> |
|---|--------------------------------|--|--------------------------------|
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | (457) | (18) | (475) |
| | (457) | (18) | (475) |

Consolidado

| <u>Empreendimento controlado em conjunto</u> | <u>Saldo em 31/12/2020</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial</u> | <u>Ajuste de avaliação patrimonial</u> | <u>Dividendos</u> | <u>Saldo em 31/12/2021</u> |
|--|--------------------------------|--|--|-------------------|--------------------------------|
| PBG Rwanda Limited (a) | 3.120 | (3.169) | 51 | - | 2 |
| PBG Uruguay S.A. (b) | 35.418 | 5.472 | 2.467 | (5.417) | 37.940 |
| | 38.538 | 2.303 | 2.518 | (5.417) | 37.942 |

| <u>Provisão para perda em investimentos</u> | <u>Saldo em 31/12/2020</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial</u> | <u>Saldo em 31/12/2021</u> |
|---|--------------------------------|--|--------------------------------|
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | (457) | (18) | (475) |
| | (457) | (18) | (475) |

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

- a) PBG Rwanda Limited, com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.
- b) PBG Uruguay S.A., com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

| | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) | Receita líquida | Lucro líquido (prejuízo) |
|--|---------|---------|---|-----------------|--------------------------|
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | |
| Informática Fuegoína S.A. | 132.084 | 142.957 | (10.873) | 49.649 | 1.150 |
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | 154 | 629 | (475) | - | (18) |
| PBG Rwanda Limited | 594 | 2.582 | (1.988) | 3.982 | (5.174) |
| PBG Uruguay S.A. | 73.917 | 35.977 | 37.940 | 114.746 | 5.472 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | |
| Informática Fuegoína S.A. | 19.953 | 33.583 | (13.630) | 18.512 | (6.767) |
| BR Code Desenvolvimento de Software S.A. | 154 | 611 | (457) | - | 2 |
| PBG Rwanda Limited | 15.239 | 12.119 | 3.120 | 13.312 | (2.918) |
| PBG Uruguay S.A. | 51.002 | 15.584 | 35.418 | 32.322 | (2.404) |

15. IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------|
| | 31/12/2019 | Adições | Transferência | 31/12/2020 | Adições | Baixa | 31/12/2021 |
| Custo | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 35.334 | 1.068 | - | 36.402 | 2.762 | - | 39.164 |
| Benefitorias s/ imóvel locado | 18.015 | 164 | - | 18.179 | 342 | (22) | 18.499 |
| Hardware | 4.646 | 2.518 | 802 | 7.966 | 3.877 | - | 11.843 |
| Móveis e utensílios | 3.348 | 207 | - | 3.555 | 751 | - | 4.306 |
| Instalações industriais | 28.740 | 3.179 | - | 31.919 | 6.267 | (196) | 37.990 |
| Edificações | (b) 2.000 | - | - | 2.000 | - | (2.000) | - |
| Direito de uso | (a) 45.312 | 5.984 | - | 51.296 | 2.947 | - | 54.243 |
| Outros imobilizados | 1.486 | 1 | (1.165) | 322 | - | (30) | 292 |
| | <u>138.881</u> | <u>13.121</u> | <u>(363)</u> | <u>151.639</u> | <u>16.946</u> | <u>(2.248)</u> | <u>166.337</u> |
| Depreciação | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | (27.910) | (1.792) | - | (29.702) | (1.756) | - | (31.458) |
| Benefitorias s/ imóvel locado | (11.928) | (1.620) | - | (13.548) | (1.080) | 19 | (14.609) |
| Hardware | (2.913) | (1.291) | 363 | (3.841) | (1.491) | - | (5.332) |
| Móveis e utensílios | (2.102) | (298) | - | (2.400) | (241) | - | (2.641) |
| Instalações industriais | (9.436) | (2.387) | - | (11.823) | (2.852) | 190 | (14.485) |
| Edificações | (b) (467) | - | - | (467) | - | 467 | - |
| Direito de uso | (a) (7.552) | (8.675) | - | (16.227) | (9.115) | - | (25.342) |
| Outros imobilizados | (35) | (6) | - | (41) | (3) | 30 | (14) |
| | <u>(62.343)</u> | <u>(16.069)</u> | <u>363</u> | <u>(78.049)</u> | <u>(16.538)</u> | <u>706</u> | <u>(93.881)</u> |
| Valor líquido | 76.538 | (2.948) | - | 73.590 | 408 | (1.542) | 72.456 |
| Consolidado | | | | | | | |
| | 31/12/2019 | Adições | Transferência | 31/12/2020 | Adições | Baixa | 31/12/2021 |
| Custo | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 36.724 | 2.918 | - | 39.642 | 9.750 | - | 49.392 |
| Benefitorias s/ imóvel locado | 19.179 | 249 | - | 19.428 | 342 | (22) | 19.748 |
| Hardware | 4.871 | 2.519 | 802 | 8.192 | 4.195 | - | 12.387 |
| Móveis e utensílios | 3.696 | 253 | - | 3.949 | 973 | - | 4.922 |
| Instalações industriais | 36.354 | 3.246 | - | 39.600 | 7.914 | (196) | 47.318 |
| Edificações | (b) 2.000 | - | - | 2.000 | - | (2.000) | - |
| Direito de uso | (a) 50.033 | 6.413 | - | 56.446 | 4.280 | - | 60.726 |
| Outros imobilizados | 1.486 | 1 | (1.165) | 322 | 27 | (30) | 319 |
| | <u>154.343</u> | <u>15.599</u> | <u>(363)</u> | <u>169.579</u> | <u>27.481</u> | <u>(2.248)</u> | <u>194.812</u> |
| Depreciação | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | (28.085) | (1.944) | - | (30.029) | (2.330) | - | (32.359) |
| Benefitorias s/ imóvel locado | (12.224) | (1.733) | - | (13.957) | (1.197) | 19 | (15.135) |
| Hardware | (2.953) | (1.347) | 363 | (3.937) | (1.578) | - | (5.515) |
| Móveis e utensílios | (2.247) | (320) | - | (2.576) | (285) | - | (2.861) |
| Instalações industriais | (11.274) | (3.152) | - | (14.426) | (3.687) | 190 | (17.923) |
| Edificações | (b) (467) | - | - | (467) | - | 467 | - |
| Direito de uso | (a) (8.339,00) | (9.509) | - | (17.848) | (10.263) | - | (28.111) |
| Outros imobilizados | (36) | (5) | - | (41) | (3) | 30 | (14) |
| | <u>(65.625)</u> | <u>(18.019)</u> | <u>363</u> | <u>(83.281)</u> | <u>(19.343)</u> | <u>706</u> | <u>(101.918)</u> |
| Valor líquido | 88.718 | (2.420) | - | 86.298 | 8.138 | (1.542) | 92.894 |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

A Companhia efetuou durante 2021, a revisão da vida útil dos bens do seu ativo imobilizado e não identificou alterações necessárias.

a) Passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

| | Passivo de arrendamento | |
|----------------------------|--------------------------------|--------------------|
| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
| Saldo em 31/12/2020 | 37.373 | 41.131 |
| Adições | 1.765 | 3.113 |
| Contraprestações Pagas | (10.496) | (11.887) |
| Juros pagos | 2.986 | 3.283 |
| Saldo em 31/12/2021 | 31.628 | 35.640 |
| | | |
| Circulante | 7.874 | 9.115 |
| Não Circulante | 23.754 | 26.525 |

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 1/2020, a Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 10,86% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 8,50% a.a.

O Cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

| <u>Ano</u> | 31 de dezembro de 2021 | |
|------------|-------------------------------|--------------------|
| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
| 2022 | 7.874 | 9.115 |
| 2023 | 8.647 | 9.983 |
| 2024 | 9.548 | 10.984 |
| 2025 | 4.081 | 4.081 |
| 2026 | 1.478 | 1.477 |
| | <u>31.628</u> | <u>35.640</u> |

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

| | <u>Contraprestação</u> | <u>Nominal</u> | <u>Valor Presente</u> |
|--------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| Controladora | 38.402 | 3.552 | 2.926 |
| Consolidado | 42.881 | 3.966 | 3.297 |

b) Edificações

Em 14 de abril de 2021 a Companhia realizou a venda de imóvel situado na cidade de Ilhéus, Bahia, pelo montante de R\$ 5.000, a operação gerou ganho de capital no montante de R\$ 3.458.

16. INTANGÍVEL

| | Controladora | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| | 31/12/2019 | Adições | 31/12/2020 | Adições | 31/12/2021 |
| Custo | | | | | |
| Projetos desenvolvidos internamente (a) | 130.633 | 15.548 | 146.181 | 5.636 | 151.817 |
| Software | 7.458 | 4.265 | 11.723 | 6.113 | 17.836 |
| Licenças de uso | 7 | - | 7 | - | 7 |
| | <u>138.098</u> | <u>19.813</u> | <u>157.911</u> | <u>11.749</u> | <u>169.660</u> |
| Amortização | | | | | |
| Projetos desenvolvidos internamente | (86.807) | (24.099) | (110.906) | (21.083) | (131.989) |
| Software | (3.802) | (2.861) | (6.663) | (3.221) | (9.884) |
| Licenças de uso | (4) | (2) | (6) | (1) | (7) |
| | <u>(90.613)</u> | <u>(26.962)</u> | <u>(117.575)</u> | <u>(24.305)</u> | <u>(141.880)</u> |
| Valor líquido | <u>47.485</u> | <u>(7.149)</u> | <u>40.336</u> | <u>(12.556)</u> | <u>27.780</u> |
| | | | | | |
| | Consolidado | | | | |
| | 31/12/2019 | Adições | 31/12/2020 | Adições | 31/12/2021 |
| Custo | | | | | |
| Projetos desenvolvidos internamente (a) | 132.332 | 17.715 | 150.047 | 9.888 | 159.935 |
| Software | 7.833 | 4.406 | 12.239 | 6.155 | 18.394 |
| Licenças de uso | 12 | - | 12 | - | 12 |
| Mais valia Investimentos (b) | 19.403 | - | 19.403 | - | 19.403 |
| Ágio em controlada (b) | 43.109 | - | 43.109 | - | 43.109 |
| | <u>202.689</u> | <u>22.121</u> | <u>224.810</u> | <u>16.043</u> | <u>240.853</u> |
| Amortização | | | | | |
| Projetos desenvolvidos internamente | (88.506) | (24.099) | (112.605) | (21.191) | (133.796) |
| Software | (4.031) | (2.949) | (6.980) | (3.294) | (10.274) |
| Licenças de uso | (4) | (2) | (6) | (1) | (7) |
| Mais valia Investimentos | (5.010) | (2.386) | (7.396) | (2.386) | (9.782) |
| | <u>(97.551)</u> | <u>(29.436)</u> | <u>(126.987)</u> | <u>(26.872)</u> | <u>(153.859)</u> |
| Valor líquido | <u>105.138</u> | <u>(7.315)</u> | <u>97.823</u> | <u>(10.829)</u> | <u>86.994</u> |

A Companhia efetuou revisão da vida útil de seus ativos intangíveis e não identificou alterações necessárias.

a) Projetos desenvolvidos internamente

Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos e compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado. Tais dispêndios decorrem do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019 mencionados na nota 8.

A amortização dos investimentos foi fixada, substancialmente, em até 4 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

b) Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados

pela Administração e a taxa de desconto de 12,39% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R\$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida no valor de R\$ 28.936 e R\$ 19.403 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 12,39% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

A Companhia revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e não identificou a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável desses ativos (*impairment*) nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

17. FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Fornecedores - mercado externo | 583.104 | 262.240 | 853.785 | 325.041 |
| Fornecedores - mercado interno | 129.528 | 151.887 | 174.306 | 166.258 |
| Fornecedores convênio (nacionais) | (a) 106.435 | 40.164 | 106.435 | 40.164 |
| Direitos autorais e licenças de uso a pagar | (b) 51.580 | 30.672 | 51.688 | 30.747 |
| | 870.647 | 484.963 | 1.186.214 | 562.210 |

O prazo médio de pagamento para fornecedores em 31 de dezembro de 2021 é de 122 dias (108 dias em 31 de dezembro de 2020). O ajuste ao valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação presente dos fluxos de caixa futuros. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

- a) Saldos referentes a operações estruturadas da Companhia com seus fornecedores denominadas “*forfaiting*”. A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento dos fornecedores em sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, os fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco, de forma a antecipar o recebimento previsto originalmente nos contratos.

Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não alteram significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais ou qualquer prorrogação do prazo de pagamento para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores. Portanto a Companhia não desreconhece os passivos aos quais essa

modalidade de acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem as mesmas.

Desta forma, os pagamentos efetuados ao banco, quando do vencimento original dos títulos, são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

- b) Os direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de direitos sobre licenças de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Ao custo amortizado Passivo Circulante | Taxa média contratual (a.a.) | Taxa swap média em % CDI | Vencimento | Garantias | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------------------|--------------------------------|----------------|-------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | | | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Debêntures | (a) 4,55% + CDI | - | Até 10/02/2025 | Cessão Fiduciária | 78.208 | - | 78.208 | - |
| Capital de Giro | 1,80+VC | 162,50% | 27/01/2021 | Nota promissória | - | 28.197 | - | 28.197 |
| Capital de Giro | 3,48+VC | 100,00% | 18/06/2022 | Nota promissória | 22.494 | - | 22.494 | - |
| Capital de Giro | 4,25%+CDI | - | 26/11/2022 | Nota promissória | 50.231 | - | 50.231 | - |
| Capital de Giro | 136,51%CDI | - | Até 20/08/2021 | Nota promissória | - | 6.671 | - | 6.671 |
| Capital de Giro | 3,58%+CDI | - | Até 18/08/2022 | Nota promissória | 30.793 | 20.352 | 30.793 | 20.352 |
| Capital de Giro | 200,29%CDI | - | Até 26/05/2023 | Nota promissória | 55.000 | 127.170 | 55.000 | 127.170 |
| Capital de Giro | 3,90%+CDI | - | 11/01/2021 | Nota promissória | - | - | - | 181.093 |
| Capital de Giro | 3,80 + CDI | - | Até 20/10/2025 | Nota promissória | 54.504 | 20.062 | 54.504 | 20.062 |
| Capital de Giro | (a) 2,40% + CDI | - | Até 20/12/2025 | Nota promissória | 38.314 | - | 38.314 | - |
| Capital de Giro | 4,50%+CDI | - | Até 16/11/2023 | Nota promissória | - | - | 480 | 2.672 |
| Capital de Giro | 5,96% | - | Até 26/11/2023 | Nota promissória | - | - | 9.644 | 21.403 |
| FINEP | (b) 5%+TR | - | Até 15/06/2025 | Carta fiança | 9.635 | 9.748 | 9.635 | 9.748 |
| FINEP | (b) 3,00+TR | - | Até 15/12/2028 | Carta fiança | 4.624 | 289 | 4.624 | 289 |
| FINEP | (b) 10,50+TR | - | Até 15/12/2028 | Carta fiança | 13.032 | 898 | 13.032 | 898 |
| BNDDES | TJLP + 3% | - | Até 15/12/2021 | Carta Fiança | - | 7.980 | - | 7.980 |
| FINIMP | 2,72%+VC | 145,90% | 24/05/2021 | Nota promissória | - | 10.780 | - | 10.780 |
| FINIMP | 3% + VC | 100,00% | Até 01/06/2022 | Nota promissória | 33.237 | - | 33.237 | - |
| FINIMP | 1,89 + VC | 331,72% | 24/02/2021 | Nota promissória | - | - | - | 24.058 |
| | | | | | 390.072 | 437.298 | 400.196 | 461.373 |
| Passivo não circulante | | | | | | | | |
| Debêntures | (a) 4,55% + CDI | - | Até 10/02/2025 | Cessão Fiduciária | 168.750 | - | 168.750 | - |
| BNDDES | TJLP + 3% | - | Até 04/12/2023 | Carta fiança | - | 7.563 | - | 7.563 |
| Capital de Giro | 3,80 + CDI | - | Até 20/10/2025 | Nota promissória | 58.817 | 86.037 | 58.817 | 86.037 |
| Capital de Giro | (a) 2,40% + CDI | - | Até 20/12/2025 | Nota promissória | 112.500 | - | 112.500 | - |
| Capital de Giro | 200,29%CDI | - | Até 26/05/2023 | Nota promissória | 11.905 | 69.034 | 11.905 | 69.034 |
| Capital de Giro | 4,50%+CDI | - | Até 16/11/2023 | Nota promissória | - | - | 9.167 | 7.333 |
| FINEP | (b) 3,00+TR | - | Até 15/12/2028 | Carta fiança | 27.526 | 21.851 | 27.526 | 21.851 |
| FINEP | (b) 10,50+TR | - | 15/12/2028 | Carta fiança | 79.133 | 62.238 | 79.133 | 62.238 |
| FINEP | (b) 5,00+TR | - | 15/06/2025 | Carta fiança | 23.098 | 32.338 | 23.098 | 32.338 |
| Capital de Giro | 5,96% | - | Até 26/11/2023 | Nota promissória | - | - | 9.510 | 15.167 |
| | | | | | 481.729 | 279.061 | 500.406 | 301.561 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | | | 871.801 | 716.359 | 900.602 | 762.934 |

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("*covenants*") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, exceto para as debêntures e contrato de capital de giro, cujas condições estão descritas no item (a) a seguir.

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota 32.b.

- a) Debêntures e capital de giro

Debêntures

A Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 300.000, com garantia através de cessão fiduciária em conta vinculada, com fluxo mensal mínimo de uma parcela subsequente do valor nominal unitário.

Os recursos foram captados no dia 10 de março de 2021, e foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. As debêntures possuem prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em dezesseis parcelas trimestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou o montante de R\$ 73.867 compreendendo o principal e os juros remuneratórios.

Os seguintes *covenants* estão definidos para a emissora observar semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

i) Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Capital de giro

Durante o exercício corrente, a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes.

O próximo aferimento, de ambos os contratos acima, em relação ao cumprimento dos *covenants* será para a data base de 30 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*.

b) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi

integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrada:

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo Inicial | | 716.359 | 663.896 | 762.934 | 712.124 |
| Captações | | 689.110 | 651.535 | 689.110 | 698.105 |
| Captações - transação não caixa | 35 | 39.939 | - | 39.939 | - |
| Juros | | 81.115 | 55.822 | 85.917 | 58.474 |
| Varição/Cobertura cambial | | (24.227) | (10.227) | (24.227) | (10.227) |
| Amortização do principal | | (569.976) | (609.365) | (588.090) | (658.452) |
| Pagamento de juros | | (60.519) | (35.302) | (64.981) | (37.090) |
| Saldo final | | 871.801 | 716.359 | 900.602 | 762.934 |

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

| 31 de dezembro de 2021 | | |
|------------------------|----------------|----------------|
| Ano | Controladora | Consolidado |
| 2023 | 194.909 | 195.389 |
| 2024 | 144.147 | 144.627 |
| 2025 | 89.202 | 97.410 |
| 2026 | 18.013 | 18.013 |
| > 2026 | 35.458 | 44.967 |
| Total | 481.729 | 500.406 |

19. PROVISÕES

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Passivo Circulante | | | | | |
| Provisão para garantias e assistência técnica | (a) | 45.760 | 44.942 | 50.282 | 49.974 |
| Provisão para VPC | (b) | 14.933 | 14.532 | 15.595 | 15.025 |
| Provisão para comissões | (c) | 18.370 | 16.756 | 23.757 | 20.568 |
| Provisão para rebate | (d) | 23.146 | 20.082 | 23.581 | 20.082 |
| Provisão para royalties | (e) | 6.982 | 2.282 | 7.160 | 2.516 |
| Provisão para investimento em P&D | (f) | 24.816 | 19.122 | 30.271 | 21.277 |
| Outras provisões | | 4.017 | 6.427 | 7.434 | 11.920 |
| | | 138.024 | 124.143 | 158.080 | 141.362 |
| Passivo Não Circulante | | | | | |
| Provisão para garantias e assistência técnica | (a) | 46.211 | 19.306 | 46.211 | 19.306 |
| | | 184.235 | 143.449 | 204.291 | 160.668 |

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

20. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da subvenção para investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, no passivo sob a rubrica de receita diferida o montante R\$ 4.759 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.753 (R\$ 7.492 em 31 de dezembro de 2020) respectivamente. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 16.a.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Adiantamento de clientes | 14.701 | 14.140 | 17.936 | 18.441 |
| Receita antecipada | 686 | 1.275 | 726 | 1.349 |
| Contas a pagar por aquisição de controlada (a) | - | - | 26.799 | 36.808 |
| Recuperação Fiscal de Curitiba (REFIC) (b) | - | 18.227 | - | 18.227 |
| Honorários jurídicos (c) | - | 9.832 | - | 9.832 |
| Contas a pagar | 4.166 | 2.782 | 4.819 | 3.797 |
| | 19.553 | 46.256 | 50.280 | 88.454 |
| Circulante | 19.455 | 45.569 | 32.751 | 59.942 |
| Não Circulante | 98 | 687 | 17.529 | 28.512 |

a) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi pago o montante de R\$ 10.009 referente a essa aquisição. Os valores são atualizados anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais da investida, de acordo com cláusulas contratuais.

O saldo a pagar possui o seguinte cronograma de liquidação:

| Consolidado | |
|-------------|---------------|
| Ano | Valor R\$ |
| 2022 | 9.374 |
| 2023 | 6.689 |
| 2024 | 6.535 |
| 2025 | 4.201 |
| | 26.799 |

b) Em 07 de dezembro de 2020 foi editada a Lei Complementar nº 125/2020 que instituiu o programa de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC). Dado o entendimento adotado pelo STF nas ADIs nº 5.659 e 1.945 quanto à tributação do ISS, com fundamento na avaliação de risco de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia incluiu os débitos objeto de processos administrativos e judiciais relativos ao período compreendido entre 1998 e 2015 no REFIC, na modalidade de pagamento a vista, com redução de 100% de juros e multa. Os valores foram integralmente liquidados em 2021, pelo montante de R\$ 18.227.

c) Valores referentes a honorários de êxito em processos judiciais, sendo que o montante em 2020 decorre principalmente do processo judicial descrito na nota explicativa 8(c).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 200.258 | 266.870 | 208.237 | 272.389 |
| Alíquota vigente combinado | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente | (68.088) | (90.736) | (70.801) | (92.612) |
| Exclusão equivalência patrimonial | 28.039 | 8.005 | 1.414 | 382 |
| Crédito Financeiro Lei 13.969/2019 | 26.438 | 13.465 | 29.667 | 18.391 |
| Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo | 93.521 | 31.206 | 97.939 | 26.280 |
| Arrendamento mercantil | (546) | (340) | (564) | (372) |
| Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos | (79.364) | (49.116) | (51.634) | (40.233) |
| IRPJ/CSLL apurados | - | (87.516) | 6.021 | (88.164) |
| Gastos com pesquisa e inovação tecn. Lei 11.196/05 | - | 11.617 | - | 11.617 |
| Despesa contabilizada | - | (75.899) | 6.021 | (76.547) |
| Imposto de Renda e contribuição social correntes | - | (14.359) | (4.712) | (15.139) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | (61.540) | (629) | (61.408) |
| | - | (75.899) | (5.341) | (76.547) |

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

| Natureza | Controladora e Consolidado | | | |
|----------------|----------------------------|-----------|------------|---------------|
| | 31/12/2020 | Provisões | | 31/12/2021 |
| | | Reversões | Pagamentos | |
| Cível | 7.914 | 4.539 | (2.663) | 9.790 |
| Tributária | 13.229 | 5.989 | (795) | 18.423 |
| Trabalhista | 18.766 | 960 | (2.370) | 17.356 |
| Total | 39.909 | 11.488 | (5.828) | 45.569 |
| Circulante | 5.412 | | | 5.985 |
| Não Circulante | 34.497 | | | 39.584 |

Cível

Processos judiciais envolvendo questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

| | Controladora Consolidado | |
|------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Tributárias | | |
| Impostos e contribuições (a) | 341.148 | 300.032 |
| Cíveis | | |
| Órgão Público e | | |
| Empresas Privadas (b) | 15.724 | 81.765 |
| Consumidor | 1.535 | 1.852 |
| | 358.407 | 383.649 |

a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R\$ 293.206 em 2021 (R\$ 254.160 em 2020)):

(i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.

(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iii) IPI – Processos fiscais discutindo a incidência de IPI referente a revenda de produtos importados via Trading.

(iv) II – Utilização de liminar favorável em processo discutindo a aplicação de CRA fixo para apuração do imposto de importação na Zona Franca de Manaus;

(v) PIS e COFINS – Processos fiscais discutindo a glosa de créditos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia e PER/DCOMP não homologadas.

(vi) IRPJ – Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.

b) Cíveis (órgãos públicos – principais valores totalizam R\$ 10.909 em 2021 (R\$ 73.680 em 2020))

(i) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ação Ordinária tendo por objeto evitar a inscrição no SICAF, CADIN e similares, suspender exigibilidade das multas e anular penalidades (atrasos de chamados técnicos).

(ii) Prefeitura de São Paulo – Processo judicial que tem por objeto suspender a exigibilidade de multa administrativa por suposto atraso na entrega de equipamentos de informática a contratante.

(iii) Estado de Pernambuco – Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, líquido do gasto com emissão de ações é de R\$ 721.670.

A composição do capital social, bem como a distribuição das ações é conforme segue:

| | Capital social | |
|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Capital Social | 742.700 | 742.700 |
| Gasto com emissão de ações | (21.030) | (21.030) |
| | 721.670 | 721.670 |

| | Quantidade de ações (unidades) | |
|------------------------------------|---|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Acionistas | | |
| Controladores | 63.431.794 | 62.093.094 |
| Não controladores, partes relacion | 26.100 | 2.500 |
| Ações em tesouraria | 2.022.008 | 1.402.408 |
| Ações em circulação | 76.320.098 | 78.301.998 |
| | 141.800.000 | 141.800.000 |

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 4 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

| Controladores diretos | Quantidade de ações ordinárias | |
|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
| | (Em Unidades) | |
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Hélio Bruck Rotenberg | 15.418.919 | 13.418.619 |
| Cixares Líbero Vargas | 12.418.618 | 12.418.618 |
| Isabela Cesar Formighieri Mocelin | 3.736.207 | 3.806.207 |
| Daniela Cesar Formighieri Rigolino | 3.696.506 | 3.806.206 |
| Sofia Guimarães Von Ridder | 3.589.540 | 4.139.540 |
| Samuel Ferrari Lago | 4.139.540 | 4.139.540 |
| Paulo Fernando Ferrari Lago | 4.139.540 | 4.139.540 |
| Rodrigo Cesar Formighieri | 3.320.306 | 3.806.206 |
| Lucas Raduy Guimarães | 4.414.539 | 4.139.539 |
| Giem Raduy Guimarães | 4.418.540 | 4.139.540 |
| Thais Susana Ferrari Lago | 4.139.539 | 4.139.539 |
| | 63.431.794 | 62.093.094 |

b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

| | Controladora Consolidado | |
|--|---|-------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| | Reserva de Subvenção para investimentos (i) | 118.132 |
| Reserva de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii) | 1.807 | 1.279 |
| | 119.939 | 119.411 |

(i) Reserva de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 33.

c) Reserva de lucros

| | Controladora Consolidado | |
|--------------------|---|-------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| | Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i) | 341.208 |
| Reserva legal (ii) | 20.211 | 10.198 |
| | 361.419 | 211.233 |

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser

distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal deverá ser constituída anualmente, e o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não poderá exceder 30% do capital social. A Companhia deverá destinar uma parcela de 5% do lucro líquido do exercício para constituição dessa reserva, sendo que essa parcela destinada não poderá exceder 20% do capital social.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de *hedge*, conforme nota 32.

e) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 um total de 2.022.008 de ações em tesouraria (1.402.408 em 31 de dezembro de 2020), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 10,45 (dez reais e cinquenta e quarenta e cinco centavos), no total de R\$ 21.128, (em 31 de dezembro de 2020, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R\$ 13.325).

f) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.055 de dividendos. Os dividendos foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, e pagos em três parcelas, sem correção monetária, durante o ano de 2021. Adicionalmente, houve pagamento no montante de R\$ 4.032 aos acionistas não controladores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.561 de dividendos a serem distribuídos. O valor será levado para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota 24(c).

g) Apropriação do lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, cuja parcela destinada não excederá 20% do capital social.

25. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Receita bruta da venda de produtos | 3.601.637 | 2.251.952 | 3.827.333 | 2.481.962 |
| Receita bruta de serviços prestados | 89.976 | 75.488 | 159.246 | 103.478 |
| Receita Bruta Total: | 3.691.613 | 2.327.440 | 3.986.579 | 2.585.440 |
| Menos: | | | | |
| Impostos sobre vendas | (732.403) | (430.110) | (779.923) | (492.296) |
| Subvenção para investimento (a) | 381.625 | 225.522 | 403.391 | 226.757 |
| Devoluções e abatimentos | (136.999) | (66.319) | (153.013) | (62.769) |
| Verba de propaganda cooperada e rebate (b) | (93.524) | (64.910) | (91.547) | (64.959) |
| Receita líquida | 3.110.312 | 1.991.623 | 3.365.487 | 2.192.173 |

- a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimento estão descritos na nota 8.(a).
- b) Maiores informações sobre os valores reconhecidos como verba de propaganda cooperada (VPC) e rebate estão descritos na nota 19.(b) e 19.(d).

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Matérias-primas e materiais de consumo utilizados | (2.390.202) | (1.559.017) | (2.480.105) | (1.669.707) |
| Despesas com pessoal | (201.949) | (141.344) | (246.160) | (160.301) |
| Despesas gerais | (38.944) | (39.883) | (55.250) | (45.744) |
| Despesa com serviços com terceiros | (40.042) | (63.553) | (42.318) | (72.752) |
| Despesa com comissões | (46.146) | (32.701) | (54.885) | (42.105) |
| Depreciação e amortização | (39.135) | (40.906) | (42.344) | (46.102) |
| Provisão para garantias | (96.586) | (56.491) | (97.345) | (58.238) |
| Outras despesas operacionais líquidas | (98.222) | (55.023) | (105.674) | (58.179) |
| | (2.951.226) | (1.988.918) | (3.124.081) | (2.153.128) |
| Custo dos produtos vendidos | (2.466.596) | (1.609.151) | (2.596.881) | (1.743.427) |
| Despesas com vendas | (350.916) | (253.994) | (363.763) | (272.919) |
| Despesas gerais e administrativas | (133.714) | (125.773) | (163.437) | (136.782) |
| | (2.951.226) | (1.988.918) | (3.124.081) | (2.153.128) |

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais e vendas de servidores. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos principais segmentos:

| | Consolidado | | | |
|--|------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | | | |
| | Varejo | Instituições públicas | Servidores | Segmentos reportáveis |
| Receita líquida de vendas | 1.572.134 | 1.143.312 | 115.917 | 2.831.363 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (1.168.021) | (936.828) | (97.750) | (2.202.599) |
| Lucro bruto | 404.113 | 206.484 | 18.167 | 628.764 |
| Despesas operacionais | (254.422) | (129.458) | (1.886) | (385.766) |
| Resultado antes do resultado financeiro | 149.691 | 77.026 | 16.281 | 242.998 |
| Resultado financeiro líquido | (64.539) | (23.946) | 113 | (88.372) |
| Lucro antes dos efeitos tributários | 85.152 | 53.080 | 16.394 | 154.626 |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | - | - | (1.631) | (1.631) |
| Lucro líquido do exercício | 85.152 | 53.080 | 14.763 | 152.995 |

| | Consolidado | | | |
|--|------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|
| | 31 de dezembro de 2020 | | | |
| | Varejo | Instituições públicas | Servidores | Segmentos reportáveis |
| Receita líquida de vendas | 1.176.139 | 472.770 | 239.957 | 1.888.866 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (909.688) | (422.972) | (196.726) | (1.529.386) |
| Lucro bruto | 266.451 | 49.798 | 43.231 | 359.480 |
| Despesas operacionais | (197.854) | (80.443) | (21.854) | (300.151) |
| Resultado antes do resultado financeiro | 68.597 | (30.645) | 21.377 | 59.330 |
| Resultado financeiro líquido | (39.746) | 20.152 | 5.188 | (14.406) |
| Lucro antes dos efeitos tributários | 28.851 | (10.493) | 26.565 | 44.924 |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | - | - | (634) | (634) |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 28.851 | (10.493) | 25.931 | 44.290 |

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

| | Consolidado | |
|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Receita líquida de vendas | | |
| Segmentos reportáveis | 2.831.363 | 1.888.866 |
| Outras atividades operacionais | 534.124 | 303.307 |
| | 3.365.487 | 2.192.173 |

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Lucro líquido do exercício | | |
| Segmentos reportáveis | 152.995 | 44.290 |
| Outras atividades operacionais | 49.901 | 151.552 |
| | 202.896 | 195.842 |

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas, nos segmentos reportáveis, não são inclusos o ganho ou perda em equivalências patrimoniais, bem como outras receitas e despesas.

a) Receita dos principais produtos e serviços

| | Consolidado | |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Produtos | | |
| Notebooks | 1.822.213 | 1.015.669 |
| Desktops | 358.985 | 378.960 |
| Urnas Eletrônicas | 61.165 | - |
| Tablets | 376.952 | 77.541 |
| Telefones Celulares | 296.348 | 287.830 |
| Servidores e <i>Storages</i> | 115.917 | 239.957 |
| Casa Inteligente | 25.759 | 30.754 |
| Outros | 308.148 | 161.462 |
| | 3.365.487 | 2.192.173 |

b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 55.546 de vendas no mercado externo (R\$ 45.977 em 2020). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por aproximadamente de 41% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (35% em 2020).

28. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Ajuste a valor presente - clientes | 13.995 | 17.195 | 15.287 | 19.558 |
| Rendimento aplicação financeira | 9.762 | 8.313 | 11.257 | 9.093 |
| Outras receitas financeiras | 16.741 | 30.989 | 17.162 | 31.105 |
| | 40.498 | 56.497 | 43.706 | 59.756 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos e arrendamentos | (84.101) | (55.822) | (89.200) | (58.474) |
| Juros pagos e descontos concedidos | (6.879) | (4.024) | (8.687) | (4.287) |
| Ajuste a valor presente - fornecedores | (22.762) | (13.081) | (26.673) | (16.409) |
| Imposto sobre operações financeiras | (1.957) | (4.541) | (1.962) | (4.545) |
| Despesas bancárias e com ações | (23.497) | (12.257) | (26.585) | (13.930) |
| Outras despesas financeiras | (5.661) | (2.650) | (5.661) | (2.931) |
| | (144.857) | (92.375) | (158.768) | (100.576) |
| Total das receitas e despesas financeiras | (104.359) | (35.878) | (115.062) | (40.820) |
| Variação cambial | | | | |
| Ganho na cobertura cambial | 65.328 | 96.775 | 65.329 | 96.775 |
| Perda na cobertura cambial | (29.118) | (27.508) | (29.132) | (27.508) |
| Ganho na variação cambial | 36.763 | 63.570 | 53.928 | 100.803 |
| Perda na variação cambial | (48.588) | (83.942) | (69.975) | (134.537) |
| | 24.385 | 48.895 | 20.150 | 35.533 |
| Resultado financeiro, líquido | (79.974) | 13.017 | (94.912) | (5.287) |

29. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

| | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Básico | | |
| Numerador básico | | |
| Lucro líquido alocado para ações ordinárias | 200.258 | 190.971 |
| Denominador básico | | |
| Média ponderada das ações ordinárias (em milhares) | 140.167 | 136.178 |
| Lucro por ação - Básico | 1,4287 | 1,4024 |
| Diluído | | |
| Numerador diluído | | |
| Lucro líquido alocado para ações ordinárias | 200.258 | 190.971 |
| Denominador diluído | | |
| Média ponderada das ações ordinárias (em milhares) | 140.690 | 136.359 |
| Lucro por ação - Diluído | 1,4234 | 1,4005 |

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

| | Consolidado | |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Básico | | |
| Número médio ponderado de ações da Companhia | 141.800 | 137.445 |
| Número médio ponderado de ações em tesouraria | (1.633) | (1.267) |
| Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação | <u>140.167</u> | <u>136.178</u> |
| Diluído | | |
| Número médio ponderado de ações da Companhia | 141.800 | 137.445 |
| Número médio ponderado de ações em tesouraria | (1.633) | (1.267) |
| Número médio ponderado de opções | 523 | 181 |
| Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação | <u>140.690</u> | <u>136.359</u> |

30. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

30.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. Não houve alteração nas políticas de gerenciamento de risco desde a publicação das últimas demonstrações financeiras.

a) Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 17) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 18).

| | 31 de dezembro de 2021 | | | |
|---|------------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Moeda estrangeira | Reais | Moeda estrangeira | Reais |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber e demais créditos | | | | |
| Clientes Estrangeiros | 1.102 | 6.150 | 1.102 | 6.150 |
| Adiantamentos a fornecedores | 21.425 | 119.561 | 33.101 | 184.720 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores mercado externo | | | | |
| Dólares americanos | (113.732) | (634.684) | (162.257) | (905.473) |
| Empréstimos | | | | |
| Dólares americanos | (9.987) | (55.731) | (9.987) | (55.731) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | |
| Swap - Dólares americanos | 9.987 | 55.731 | 9.987 | 55.731 |
| NDF's - Dólares americanos | 63.680 | 355.366 | 63.680 | 355.366 |
| Exposição Líquida 1 | (27.525) | (153.607) | (64.374) | (359.237) |
| Projetos de governo (Compromissos futuros) | | | | |
| Dólares americanos | (92.335) | (515.275) | (92.335) | (515.275) |
| Exposição Líquida 2 | (119.860) | (668.882) | (156.709) | (874.512) |

| | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|--|------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Moeda estrangeira | Reais | Moeda estrangeira | Reais |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber | | | | |
| Dólares americanos | 1.759 | 9.140 | 2.771 | 14.402 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores mercado externo | | | | |
| Dólares americanos | (55.178) | (286.746) | (67.128) | (348.843) |
| Empréstimos | | | | |
| Dólares americanos | (6.704) | (34.838) | (6.704) | (34.838) |
| Euros (convertido em dólares americanos) | (5.426) | (28.197) | (5.426) | (28.197) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | |
| Swap - Dólares americanos | 6.704 | 34.838 | 6.704 | 34.838 |
| Swap - Euros (convertido em dólares) | 5.426 | 28.197 | 5.426 | 28.197 |
| NDF's - Dólares americanos | 128.009 | 665.224 | 128.009 | 665.224 |
| Exposição Líquida 1 | 74.590 | 387.618 | 63.652 | 330.783 |
| Projetos de governo (Compromissos futuros) | | | | |
| Dólares americanos | (33.517) | (174.178) | (33.517) | (174.178) |
| Exposição Líquida 2 | 41.073 | 213.440 | 30.135 | 156.605 |

Taxa de Câmbio: Em 31 de dezembro de 2021 US\$ 1,00 equivale a R\$ 5,5805 (R\$ 5,1967 em 31 de dezembro de 2020).

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 18. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os

cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

| | Controladora | | | | | Total |
|---|---------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|-----------------|------------------|
| | Taxa de juros efetiva média ponderada | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | Acima de um ano | |
| | % do CDI | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 40.234 | - | - | - | 40.234 |
| Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas | 94,99 | 246.918 | - | - | - | 246.918 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 2.754 | 658 | 1.070 | - | 4.482 |
| Contas a receber de clientes | 100,58 | 331.296 | 290.520 | 65.883 | - | 687.699 |
| Partes relacionadas | | - | - | 196.153 | - | 196.153 |
| | | <u>621.202</u> | <u>291.178</u> | <u>263.106</u> | <u>-</u> | <u>1.175.486</u> |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 12.450 | - | - | - | 12.450 |
| Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas | 101,43 | 488.284 | - | - | - | 488.284 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 4.474 | - | - | - | 4.474 |
| Contas a receber de clientes | 101,16 | 219.016 | 331.153 | 45.330 | - | 595.499 |
| Partes relacionadas | | 14.490 | - | 52.143 | - | 66.633 |
| | | <u>738.714</u> | <u>331.153</u> | <u>97.473</u> | <u>-</u> | <u>1.167.340</u> |

| | Consolidado | | | | | Total R\$ |
|---|---------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|-----------------|------------------|
| | Taxa de juros efetiva média ponderada | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | Acima de um ano | |
| | % do CDI | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 63.908 | - | - | - | 63.908 |
| Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas | 94,99 | 295.099 | - | - | - | 295.099 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 2.754 | 658 | 1.070 | - | 4.482 |
| Contas a receber de clientes | 100,58 | 358.596 | 372.176 | 96.720 | - | 827.492 |
| Partes relacionadas | | - | - | 14.502 | - | 14.502 |
| | | <u>720.357</u> | <u>372.834</u> | <u>112.292</u> | <u>-</u> | <u>1.205.483</u> |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 53.446 | - | - | - | 53.446 |
| Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas | 101,43 | 490.716 | - | - | - | 490.716 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 4.474 | - | - | - | 4.474 |
| Contas a receber de clientes | 101,16 | 245.494 | 448.154 | 59.422 | - | 753.070 |
| Partes relacionadas | | - | - | 20.410 | - | 20.410 |
| | | <u>794.130</u> | <u>448.154</u> | <u>79.832</u> | <u>-</u> | <u>1.322.116</u> |

Passivos financeiros

| | Controladora | | | | | | Total R\$ |
|---|---------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| | Taxa de juros efetiva média ponderada | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | |
| | % do CDI | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Fornecedores | 100,94 | 307.512 | 374.934 | 193.488 | - | - | 875.934 |
| Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas | 147,75 | 8.616 | 71.789 | 370.187 | 495.751 | 31.879 | 978.222 |
| Partes relacionadas | | - | 9.810 | - | 5.627 | - | 15.437 |
| Arrendamento Mercantil | 255,60 | 866 | 1.791 | 8.013 | 27.729 | - | 38.399 |
| Outros passivos - não circulante | | - | - | - | 98 | - | 98 |
| | | <u>316.994</u> | <u>458.324</u> | <u>571.688</u> | <u>529.205</u> | <u>31.879</u> | <u>1.908.090</u> |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Fornecedores | 101,30 | 223.229 | 192.787 | 72.886 | - | - | 488.902 |
| Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas | 314,79 | 253.362 | 40.049 | 159.753 | 266.787 | 39.031 | 758.982 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 2.354 | 3.905 | 2.468 | - | - | 8.727 |
| Partes relacionadas | | - | 7.477 | - | - | - | 7.477 |
| Arrendamento Mercantil | 191,48 | 911 | 1.823 | 8.203 | 32.321 | - | 43.258 |
| Outros passivos - não circulante | | - | - | - | 687 | - | 687 |
| | | <u>479.856</u> | <u>246.041</u> | <u>243.310</u> | <u>299.795</u> | <u>39.031</u> | <u>1.308.033</u> |

| | Consolidado | | | | | | Total R\$ |
|---|---------------------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| | Taxa de juros efetiva média ponderada | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | |
| | % do CDI | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Fornecedores | 100,94 | 473.585 | 466.954 | 251.515 | - | - | 1.192.054 |
| Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas | 147,75 | 8.776 | 72.122 | 390.128 | 513.936 | 31.879 | 1.016.841 |
| Partes relacionadas | | - | 7.45 | - | 3.440 | - | 4.185 |
| Arrendamento Mercantil | 255,60 | 990 | 2.040 | 9.132 | 30.715 | - | 42.877 |
| Outros passivos - não circulante | | - | - | - | 17.529 | - | 17.529 |
| | | <u>483.351</u> | <u>541.861</u> | <u>650.775</u> | <u>565.620</u> | <u>31.879</u> | <u>2.273.486</u> |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Fornecedores | 101,30 | 282.966 | 203.003 | 80.439 | - | - | 566.408 |
| Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas | 314,79 | 254.503 | 42.337 | 178.934 | 293.740 | 39.031 | 808.545 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 2.354 | 3.905 | 2.468 | - | - | 8.727 |
| Partes relacionadas | | - | 1.213 | - | 4.393 | - | 5.606 |
| Arrendamento Mercantil | 191,48 | 1.002 | 2.004 | 9.017 | 35.579 | - | 47.602 |
| Outros passivos - não circulante | | - | - | - | 28.512 | - | 28.512 |
| | | <u>540.825</u> | <u>252.462</u> | <u>270.858</u> | <u>362.224</u> | <u>39.031</u> | <u>1.465.400</u> |

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2021. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

| | Saldos patrimoniais | | Consolidado | | | | |
|--|------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | | Cenários | | | | |
| | Ativo/Passivo (R\$) | Nocional (USD) | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | | | |
| <i>Swap</i> de taxa de juros | | | | | | | |
| Empréstimos em moeda estrangeira | | | | | | | |
| US\$/EUR para R\$ (CDI) com Swap | 1.862 | 9.987 | (8.106) | (10.133) | (12.159) | (6.080) | (4.053) |
| Empréstimos | | | | | | | |
| Em US\$ / EUR | (55.731) | (9.987) | | | | | |
| Empréstimos | | | | | | | |
| Em CDI | (844.871) | n/a | (271.472) | (339.340) | (407.208) | (203.604) | (135.736) |
| Exposição líquida | | | (279.578) | (349.473) | (419.367) | (209.684) | (139.789) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | | | |
| Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação | | | | | | | |
| R\$ para US\$ - NDF's e Opções | 2.620 | 63.680 | (2.754) | 85.911 | 174.580 | (91.406) | (180.068) |
| Outros passivos financeiros | | | | | | | |
| Fornecedores moeda estrangeira | | | | | | | |
| US\$ para R\$ | (905.473) | (162.257) | 9.667 | (123.487) | (256.642) | 142.822 | 275.977 |
| Exposição líquida 1 | | | (98.577) | (6.913) | (37.576) | (82.062) | (51.416) |
| Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo | | | | | | | |
| US\$ para R\$ | (515.275) | (92.335) | 1.046 | (127.512) | (256.070) | 129.604 | 258.162 |
| Exposição líquida 2 | | | 7.959 | (165.088) | (338.132) | 181.020 | 354.071 |
| Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro | | | (271.619) | (514.561) | (757.499) | (28.664) | 214.282 |

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

30.2. Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
| Dívida Líquida | | | | |
| Dívida | | | | |
| Empréstimos - terceiros | 871.801 | 716.359 | 900.602 | 762.934 |
| Derivativos Swap | (1.862) | (4.474) | (1.862) | (4.474) |
| Caixa e equivalentes | (287.152) | (500.734) | (359.007) | (544.162) |
| Dívida líquida (a) | 582.787 | 211.151 | 539.733 | 214.298 |
| Dívida | | | | |
| Empréstimos - terceiros | 871.801 | 716.359 | 900.602 | 762.934 |
| Derivativos Swap | (1.862) | (4.474) | (1.862) | (4.474) |
| Derivativos NDF | (2.620) | 8.727 | (2.620) | 8.727 |
| Caixa e equivalentes | (287.152) | (500.734) | (359.007) | (544.162) |
| Dívida líquida (b) | 580.167 | 219.878 | 537.113 | 223.025 |
| Patrimônio Líquido | 1.171.831 | 1.021.914 | 1.181.661 | 1.033.138 |
| Índice endividamento líquido (a) | 0,50 | 0,21 | 0,46 | 0,21 |
| Índice endividamento líquido (b) | 0,50 | 0,22 | 0,45 | 0,22 |

- a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).
- b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).

30.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

| | Controladora | | | Consolidado | | | Valor justo Nível |
|--|--|--|---------------------------------------|--|--|---------------------------------------|----------------------|
| | Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Ativos mensurados ao custo amortizado | Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Ativos mensurados ao custo amortizado | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | | |
| Investimentos | - | - | - | 37.294 | - | - | 3 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.620 | 1.862 | - | 2.620 | 1.862 | - | 2 |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados | - | - | 740.588 | - | - | 883.084 | - |
| Adiantamentos para aquisição de estoques | - | - | 119.561 | - | - | 184.720 | - |
| Partes relacionadas | - | - | 196.153 | - | - | 14.502 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa | 287.152 | - | - | 359.007 | - | - | 1 |
| | 289.772 | 1.862 | 1.056.302 | 398.921 | 1.862 | 1.082.306 | |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | | |
| Investimentos | - | - | - | 22.000 | - | - | 3 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 4.474 | - | - | 4.474 | - | 2 |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados | - | - | 629.019 | - | - | 788.223 | - |
| Adiantamentos para aquisição de estoques | - | - | 81.108 | - | - | 102.360 | - |
| Partes relacionadas | - | - | 66.633 | - | - | 20.410 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa | 509.734 | - | - | 544.162 | - | - | 1 |
| | 509.734 | 4.474 | 776.760 | 566.162 | 4.474 | 910.993 | |

Passivos Financeiros

| | Controladora | | | Consolidado | | | Valor justo Nível |
|---|--|--|---|---|--|---|----------------------|
| | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Passivos mensurados ao custo amortizado | Passivos ao valor justo por meio do resultado | Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Passivos mensurados ao custo amortizado | |
| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Passivos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | | |
| Empréstimos | - | - | 871.801 | - | - | 900.602 | 2 |
| Arrendamento mercantil | - | - | 31.628 | - | - | 35.640 | 2 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | - | - | 890.200 | - | - | 1.236.494 | - |
| Partes relacionadas | - | - | 15.437 | - | - | 4.185 | - |
| | - | - | 1.809.066 | - | - | 2.176.921 | |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Passivos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 8.727 | - | - | 8.727 | - | - | 2 |
| Empréstimos | - | - | 716.359 | - | - | 762.934 | 2 |
| Arrendamento mercantil | - | - | 37.373 | - | - | 41.131 | 2 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | - | - | 531.219 | - | - | 650.664 | - |
| Partes relacionadas | - | - | 7.477 | - | - | 5.606 | - |
| | 8.727 | - | 1.292.428 | 8.727 | - | 1.460.335 | |

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|------------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Nocional (USD) | | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | Ativo circulante | Passivo circulante | Ativo Circulante | Passivo circulante |
| Termo de moeda (NDF) (a) | 63.680 | 128.009 | 2.620 | - | - | 8.727 |
| Swap de taxas de juros (b) | 9.987 | 12.130 | 1.862 | - | 4.474 | - |
| | 73.667 | 140.139 | 4.482 | - | 4.474 | 8.727 |

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2021, a

Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

| Contratação | Data de vencimento | Valor lastreado USD mil | Cotação alvo média |
|--------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Dez/20 a Dez/21 | janeiro-22 | 33.217 | 5,5042 |
| Jun/21 a Dez/21 | fevereiro-22 | 8.381 | 5,5105 |
| Ago/21 a Dez/21 | março-22 | 5.370 | 5,6127 |
| Ago/21 a Dez/21 | abril-22 | 5.516 | 5,6748 |
| Ago/21 a Dez/21 | maio-22 | 1.682 | 5,7453 |
| Ago/21 a Dez/21 | junho-22 | 7.279 | 5,8146 |
| Ago/21 a Dez/21 | julho a dezembro -22 | 2.235 | 5,8237 |
| | | 63.680 | 5,6123 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu R\$ 36.210 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 31 de dezembro de 2020 ganho de R\$ 69.267).

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) para proteção de transações futuras altamente prováveis.

A partir de 1º de abril de 2021 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos de contrato a termo (NDF) para proteção de transações futuras altamente prováveis de compras de insumos em moeda estrangeira.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a Companhia designa, no início da operação, a relação entre os itens protegidos e os instrumentos de hedge, de acordo com os objetivos da gestão de risco e as estratégias de proteção.

A Companhia identifica suas exposições provenientes das projeções de compras futuras de insumos, e em seguida, contrata instrumentos financeiros derivativos Contratos à Termo (NDF) para proteger os riscos identificados. Ao fazer a designação para hedge accounting, a Companhia associa essas projeções de compras aos instrumentos financeiros contratados.

O reconhecimento do *hedge accounting* possui efeitos prospectivos, ou seja, a partir da data de designação da cobertura para a contabilidade de hedge. Assim, no hedge de fluxo de caixa, o item protegido passará a ser considerado parte de uma relação de hedge (*hedge accounting*) a partir da data de designação, isso também se aplica à variação do valor justo do instrumento de hedge atribuível ao risco coberto, que começará a ser contabilizada no patrimônio líquido somente a partir da data de designação.

Quando o objeto de hedge for um passivo reconhecido somente o custo de hedge estará represado no patrimônio líquido, portanto, ele deverá ser baixado à medida que o passivo for liquidado.

A descontinuidade do *hedge accounting* é prospectiva, então todo componente do valor justo da NDF contabilizado na reserva de hedge, considerado eficaz, será mantido no Patrimônio Líquido, a não ser que não se espere mais que ocorra a compra parcial ou total do estoque.

Periodicamente a Companhia realizará testes de efetividade para determinar qual parte da variação no valor justo dos instrumentos de hedge contratados deverá ter contrapartida no Patrimônio Líquido e qual parte deverá ter contrapartida no resultado do exercício.

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

| | Objeto de Proteção | Moeda de referência (Notional) | Valor de referência (Notional) | Consolidado | | | |
|--|--------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|-------------------------------|--------------------------|
| | | | | USD | Valor Justo | Outros resultados abrangentes | |
| | | | | | | Ganho (Perda) acumulada | Ganho (perda) no período |
| NDF - proteção contas a pagar - US\$/R\$ | Moeda | BRL | 344.624 | 61.755 | 2.843 | (2.155) | (2.155) |

b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média contratada do CDI foi de 127,35% (em 31 de dezembro 2020, 253,50%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swaps", documentando:

- O relacionamento do *hedge*;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

| | Objeto de Proteção | Moeda de referência (Notional) | Valor de referência (Notional) | Consolidado | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|-------------------------------|--------------------------|
| | | | | USD | Valor Justo | Outros resultados abrangentes | |
| | | | | | | Ganho (Perda) acumulada | Ganho (perda) no período |
| Swap de moeda - US\$/R\$ | Moeda | BRL | 55.731 | 9.987 | 1.862 | (1.738) | 3.043 |

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do hedge é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 9.987 de valor “notional” R\$ 55.731. Foi reconhecida em “outros resultados abrangentes” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um ganho líquido de R\$ 3.043 (em 2020 ganho líquido de R\$ 720), e no resultado financeiro um ganho líquido de R\$ 2.988 (em 2020 ganho líquido de R\$ 157.485). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no período findo em 31 de dezembro de 2021:

| Período da Contratação | Data de vencimento | Cobertura | 31 de dezembro de 2021 | |
|---------------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-------------------|
| | | | Valor Nocial USD mil | USD Contratado |
| Nov/21 e Dez/21 | Mai/22 e Jun/22 | 4131 | 4.031 | 5.5868 |
| Jun/21 | Jun/22 | FINIMP | 5.956 | 5.0500 |
| | | | 9.987 | 5.2667 |

33. PLANO DE RECOMPRA E AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro

(titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programas”), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui planos em aberto que totalizam 1.400.000 opções, os quais são demonstrados a seguir:

| Programa | Lote | Data Outorga | Exercício a partir de | Preço Opção | Qtd. De Opções | Opções exercidas em 2021 | Qtd. Opções em aberto em 31/12/2021 | Preço de Exercício | Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2021 | Vlr Total Opção | Despesa Aprop em 2021 | Total da Reserva |
|----------|------|--------------|-----------------------|-------------|------------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------|--|-----------------|-----------------------|------------------|
| 2017 | 2 | 30/06/2017 | 2020 | 1,7721 | 144.462 | (144.462) | - | 3,10 | 5,26 | 256 | - | - |
| 2017 | 3 | 30/06/2017 | 2021 | 1,4895 | 229.613 | (229.613) | - | 3,10 | 5,26 | 342 | - | - |
| 2018-I | 2 | 06/03/2018 | 2020 | 0,6827 | 85.137 | (78.187) | 6.950 | 3,45 | 5,73 | 135 | - | 11 |
| 2018-I | 3 | 06/03/2018 | 2021 | 0,7763 | 204.638 | (195.588) | 9.050 | 3,45 | 5,73 | 183 | - | 8 |
| 2019-II | 1 | 24/04/2019 | 2021 | 0,9462 | 24.000 | (24.000) | - | 2,29 | 3,46 | 23 | - | - |
| 2019-II | 2 | 24/04/2019 | 2022 | 0,9540 | 42.000 | - | 42.000 | 2,29 | 3,46 | 40 | (15) | 39 |
| 2019-II | 3 | 24/04/2019 | 2023 | 0,9741 | 54.000 | - | 54.000 | 2,29 | 3,46 | 52 | (14) | 39 |
| 2019-III | 1 | 02/08/2019 | 2021 | 2,2950 | 12.000 | (12.000) | - | 2,52 | 3,74 | 27 | - | - |
| 2019-III | 2 | 02/08/2019 | 2022 | 2,6635 | 21.000 | - | 21.000 | 2,52 | 3,74 | 56 | (23) | 56 |
| 2019-III | 3 | 02/08/2019 | 2023 | 2,8840 | 27.000 | - | 27.000 | 2,52 | 3,74 | 78 | (23) | 55 |
| 2020-I | 1 | 04/02/2020 | 2022 | 1,9248 | 12.000 | - | 12.000 | 9,60 | 13,86 | 23 | (12) | 23 |
| 2020-I | 2 | 04/02/2020 | 2023 | 2,6173 | 21.000 | - | 21.000 | 9,60 | 13,86 | 55 | (19) | 36 |
| 2020-I | 3 | 04/02/2020 | 2024 | 3,1760 | 27.000 | - | 27.000 | 9,60 | 13,86 | 86 | (22) | 42 |
| 2020-II | 1 | 30/04/2020 | 2022 | 3,1216 | 18.000 | - | 18.000 | 3,28 | 4,64 | 56 | (34) | 57 |
| 2020-II | 2 | 30/04/2020 | 2023 | 3,5927 | 31.500 | - | 31.500 | 3,28 | 4,64 | 113 | (42) | 70 |
| 2020-II | 3 | 30/04/2020 | 2024 | 3,8974 | 40.500 | - | 40.500 | 3,28 | 4,64 | 158 | (43) | 72 |
| 2020-III | 1 | 09/07/2020 | 2022 | 1,7918 | 56.000 | - | 56.000 | 5,44 | 7,56 | 112 | (98) | 98 |
| 2020-III | 2 | 09/07/2020 | 2023 | 2,3198 | 98.000 | - | 98.000 | 5,44 | 7,56 | 253 | (135) | 135 |
| 2020-III | 3 | 09/07/2020 | 2024 | 2,7364 | 126.000 | - | 126.000 | 5,44 | 7,56 | 384 | (147) | 147 |
| 2020-III | 1 | 29/07/2020 | 2022 | 0,9585 | 60.000 | - | 60.000 | 5,44 | 7,39 | 57 | (49) | 66 |
| 2020-III | 2 | 29/07/2020 | 2023 | 1,3584 | 105.000 | - | 105.000 | 5,44 | 7,39 | 143 | (66) | 92 |
| 2020-III | 3 | 29/07/2020 | 2024 | 1,6789 | 135.000 | - | 135.000 | 5,44 | 7,39 | 227 | (74) | 102 |
| 2020-IV | 1 | 17/12/2020 | 2022 | 0,9637 | 32.000 | - | 32.000 | 5,06 | 6,02 | 31 | (31) | 31 |
| 2020-IV | 2 | 17/12/2020 | 2023 | 1,3766 | 56.000 | - | 56.000 | 5,06 | 6,02 | 77 | (39) | 39 |
| 2020-IV | 3 | 17/12/2020 | 2024 | 1,7133 | 72.000 | - | 72.000 | 5,06 | 6,02 | 123 | (42) | 42 |
| 2021-I | 1 | 21/01/2021 | 2023 | 0,7433 | 14.000 | - | 14.000 | 4,89 | 5,61 | 10 | (5) | 5 |
| 2021-I | 2 | 21/01/2021 | 2024 | 1,0163 | 24.500 | - | 24.500 | 4,89 | 5,61 | 25 | (9) | 9 |
| 2021-I | 3 | 21/01/2021 | 2025 | 1,2533 | 31.500 | - | 31.500 | 4,89 | 5,61 | 39 | (9) | 9 |
| 2021-II | 1 | 01/05/2021 | 2023 | 6,7585 | 56.000 | - | 56.000 | 11,29 | 12,10 | 378 | (152) | 152 |
| 2021-II | 2 | 01/05/2021 | 2024 | 7,5200 | 98.000 | - | 98.000 | 11,29 | 12,10 | 737 | (185) | 185 |
| 2021-II | 3 | 01/05/2021 | 2025 | 8,0988 | 126.000 | - | 126.000 | 11,29 | 12,10 | 1.020 | (187) | 187 |
| | | | | | <u>2.083.850</u> | <u>(683.850)</u> | <u>1.400.000</u> | | | <u>5.299</u> | <u>(1.475)</u> | <u>1.807</u> |

- O valor de mercado da opção em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 10,90 (cotação da ação na Bolsa de Valores na referida data);
- O preço corrigido pelo IGPM é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento dessas demonstrações financeiras;
- A despesa apropriada é o valor reconhecido no resultado do período referente aos planos de remuneração baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o

montante de R\$ 1.475 (R\$ 431 em 31 de dezembro de 2020) de despesa referente aos planos no resultado do exercício;

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram exercidas 683.850 opções, sendo 374.075 referente aos programas de 2017, 273.775 referente aos programas de 2018 e 36.000 refere aos programas de 2019, resultando em uma entrada no caixa da Companhia pelo exercício no montante R\$ 3.371, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 6.829 e R\$ 947, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros no valor de R\$ 2.511.

34. SEGUROS – CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

| Ramo | Cobertura por eventos | Limite de garantia | Vigência | |
|--------------------------------|--|--------------------|------------|--------------|
| Riscos Nomeados e Operacionais | Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes | 849.742 | 01/05/2021 | a 01/05/2022 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática | 92.613 | 01/10/2021 | a 30/09/2023 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 677 | 07/08/2021 | a 07/08/2024 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 4.516 | 06/06/2019 | a 06/06/2022 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 9.783 | 11/12/2019 | a 11/12/2023 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 8.246 | 14/06/2020 | a 15/06/2023 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 65.332 | 22/04/2020 | a 07/04/2025 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 27.873 | 07/05/2020 | a 16/04/2023 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 5.553 | 16/04/2020 | a 16/04/2023 |
| Garantia Judicial | Processos judiciais e/ou administrativos em discussão | 65.893 | 13/07/2021 | a 13/07/2023 |
| Responsabilidade Civil | Responsabilidade Civil dos Administradores e riscos ambientais | 150.000 | 30/10/2021 | a 30/10/2022 |
| Responsabilidade Civil | Responsabilidade Civil Geral | 5.000 | 30/04/2021 | a 30/04/2022 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 12.052 | 03/11/2020 | a 03/02/2024 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 19.637 | 22/12/2020 | a 22/03/2024 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 7.565 | 28/12/2020 | a 27/06/2022 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 8.625 | 14/04/2021 | a 18/06/2024 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 14.948 | 14/04/2021 | a 03/02/2024 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 24.547 | 15/04/2021 | a 22/03/2024 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 4.941 | 09/09/2021 | a 09/12/2022 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 19.141 | 27/10/2021 | a 27/01/2023 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | Seguro garantia setor público - prestação de serviços | 7.192 | 29/11/2021 | a 20/02/2023 |

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia captou o montante de R\$ 39.939 de linhas de crédito de financiamento à importação (FINIMP). Nessa modalidade, o financiamento é obtido junto a instituição de crédito e os recursos são repassados diretamente ao fornecedor no exterior, não tendo, portanto, impacto direto no caixa da Companhia.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Em 11 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, no valor total de até R\$ 350.000. As debêntures terão prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em sete parcelas semestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2023. Os juros remuneratórios serão

pagos semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, sendo primeiro pagamento em agosto de 2022.

Os recursos obtidos com a emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

As condições gerais da Emissão e da Garantia encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia desta data, a qual se encontra disponível na página da Companhia e da CVM na rede mundial de computadores.

O processo de emissão das debêntures foi concluído em 14 de fevereiro de 2022, no montante e condições aprovados pelo Conselho de Administração.

Aporte de capital em controlada

No dia 17/03/2022 o Conselho de Administração autorizou o aporte de capital nas investidas Boreo Indústria de Componentes Ltda. e Positivo Distribuição e Comércio Ltda., nos montantes de R\$ 35.000 e R\$ 30.000 respectivamente, utilizando créditos que a Companhia detinha com essas controladas.

POSITIVO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Mensagem aos acionistas,

Se pudermos escolher uma única palavra para definir o ano de 2021, esta seria “diversificação”. A Positivo Tecnologia nunca esteve tão diversificada, tanto em produtos quanto em seus correlatos segmentos de atuação, o que é refletido nos sólidos resultados que vem sendo entregues a cada trimestre. Nos orgulhamos em dizer que voltamos a ser uma Companhia de crescimento, pautado em anos de experiência no desenvolvimento de tecnologia de hardware e equipe dedicada em entregar sempre os melhores produtos e serviços a nossos clientes.

Assim, finalizamos 2021 com um resultado das operações ainda superior ao apresentado em 2020, o que demonstra o acerto da estratégia adotada e avançando no processo de transformação e diversificação de receitas da Positivo Tecnologia. A continuidade da forte demanda por hardware e serviços, em todos os segmentos de atuação da Companhia, e o amadurecimento das nossas ‘Avenidas de Crescimento’, nos permitiram encerrar o período com faturamento recorde de R\$ 4 bilhões, crescimento de 54% ao longo dos últimos doze meses. Atentos às necessidades e oportunidades do mercado, a inovação e a agilidade fizeram com que a diversificação das receitas passasse a fazer parte do dia-dia da Companhia, tornando-se em importantes vetores de crescimento.

Mesmo diante de todos os desafios enfrentados no ano, como logística e escassez de suprimentos, consequências da pandemia global da Covid-19, continuamos crescendo e melhoramos nossa rentabilidade, concluindo 2021 com EBITDA Recorrente de R\$ 345 milhões, aumento de 112% YoY, e Lucro Líquido Recorrente de R\$ 203 milhões, uma evolução de 255% em doze meses.

Na Unidade de Negócios Consumer tivemos importantes avanços ao longo do ano, como a parceria para fabricação de notebooks da marca Compaq e a parceria com a *Transsion Holding* para vendas de *smartphones* Infinix no Brasil, que foi sucesso de vendas em seu lançamento. Em Casa Inteligente, seguimos aumentando nossa base de clientes e firmando importantes parcerias corporativas, fortalecendo, assim, a penetração da marca no mercado.

Um marco importante em 2021 foi o crescimento da Unidade de Negócios Corporativos que vem aumentando sua representatividade em nossa receita. Apresentamos vendas recordes de equipamentos, tanto para grandes corporações como para pequenas e médias empresas, e ainda ampliamos nosso *market share* neste segmento. O negócio HaaS (Hardware as Service) obteve demanda como nunca vista e já representa em torno de 40% do faturamento das vendas para grandes empresas. Destaque também para o R-HaaS, com as vendas e locações de equipamentos usados e remanufaturados, que ganhou tração ao longo do ano e representa uma importante contribuição para promover a cultura da economia circular.

Vale a pena destacar a Avenida de Crescimento de Soluções de Pagamento. Com o final do período de exclusividade junto a Cielo, passamos a ganhar escala na área de Soluções de Pagamento Inteligentes, passando a atender um mercado endereçável expressivo e que engloba todos os adquirentes e sub-adquirentes do país, como é o exemplo do contrato com a Stone firmado em novembro. Em novembro anunciamos a parceria com a

Nexgo para produção e fornecimento de novos modelos de POS voltados a empresas de todos os portes, o que reforça nosso posicionamento neste mercado e amplia nossa capacidade de geração de negócios.

Na Unidade de Instituições Públicas, seguimos com resultados crescentes, entregando até dezembro uma Receita Bruta 134% superior ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos projetos já ganhos (contratados e a contratar), perfazemos o montante de mais de R\$ 2,0 bilhões para os próximos períodos (ex-urnas eletrônicas para as eleições de 2022), além de reconhecermos um pipeline bastante aquecido em novas licitações a serem disputadas pelo setor. Ainda, em dezembro, vencemos nova licitação para fornecimento de mais 176 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024.

Adicionalmente, ficamos muito felizes em anunciar que nossa Reunião Pública com Analistas e Investidores (Investor Day) ficou entre as 10 reuniões mais bem avaliadas pelos analistas de investimentos (APIMEC Brasil) no ano de 2021. O referido prêmio reconhece as companhias que melhor se comunicaram com o mercado e recompensa o empenho e dedicação de nossa equipe de Relações com Investidores em seu esforço de ampliar a aproximação da Companhia e seus executivos junto a seus investidores, acionistas, analistas e demais stakeholders. Esta evolução dos resultados entregues pela Companhia, aliada a uma sólida governança e proativa comunicação com o mercado, culminou no aumento de liquidez de nossas ações ao longo do ano e ingresso no índice IBOV em janeiro/2022.

Entramos em 2022 com início das atividades de uma nova Avenida de Crescimento, a Positivo Tech Services, que tem como foco prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil, com assistência técnica a computadores, notebooks e tablets de todas as marcas do mercado. A Companhia é a única empresa 100% brasileira a ofertar esse serviço para além de suas próprias marcas, algo inédito no País.

Seguimos confiantes com 2022 e com os próximos anos, e a razão deste otimismo deve-se, principalmente, pela expansão de receita no segmento Corporativo, que combinado ao forte pipeline no segmento de Instituições Públicas e ao crescimento das nossas Avenidas de Crescimento, permitem mais do que compensar a queda estimada pelo IDC do mercado de Consumo de PCs, em torno de 10 a 15% em volume (Brasil) para o ano de 2022.

Continuamos trabalhando na construção de fortes alicerces a fim de nos mantermos como uma das Companhias líderes em tecnologia de hardware no Brasil e, mais uma vez, agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, investidores, clientes e parceiros pela confiança depositada.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração























Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2021

- 👍 **Receita Bruta recorde de R\$ 4 bilhões no ano**, registrando forte crescimento pelo segundo ano consecutivo: +54% vs. 2020 e +79% vs. 2019.
- 👍 **Ebitda anual de R\$ 345 milhões: +112% vs 2020** e +145% vs 2019.
- 👍 **Lucro líquido recorrente de R\$ 203 milhões no ano, + 255% vs. 2020** e +873% vs. 2019.
- 👍 **Diversificação das receitas e amadurecimento das avenidas de crescimento**, com maior representatividade dos segmentos de soluções de pagamentos e serviços na Unidade Corporativo, reafirmando mudança do mix do portfólio e aumento da rentabilidade no ano.
- 👍 Alongamento de dívida e maior participação no mercado de capitais por meio de **emissão de debêntures no montante de R\$ 350 milhões** em Fevereiro/22.
- 👍 **Elevação do rating corporativo** pelas agencias S&P e Fitch Ratings.
- 👍 **Ingresso das ações da Companhia (POSI3) no IBOV em janeiro/22**, reflexo do aumento de liquidez do papel nos últimos 12 meses.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços. Conforme quadro abaixo, para melhor compreensão dos negócios da Companhia, as Unidades de Negócios estão ilustradas por linhas de produtos:

| | CONSUMER | CORPORATIVO | INSTITUIÇÕES PÚBLICAS |
|--------------------------------|--|---|---|
| Core Business | Computadores |  |  |
| | Telefones Celulares |  |  |
| | Tablets |  |  |
| | Periféricos |  |  |
| Avenidas de Crescimento | Servidores & Soluções |  |  |
| | Soluções de Pagamento |  |  |
| | Positivo Tech Services |  |  |
| | Hardware as a Service - HaaS |  |  |
| | Projetos Especiais (Urnas Eletrônicas) |  |  |
| | IoT – Casa Inteligente |  |  |
| | Tecnologia Educacional |  |  |

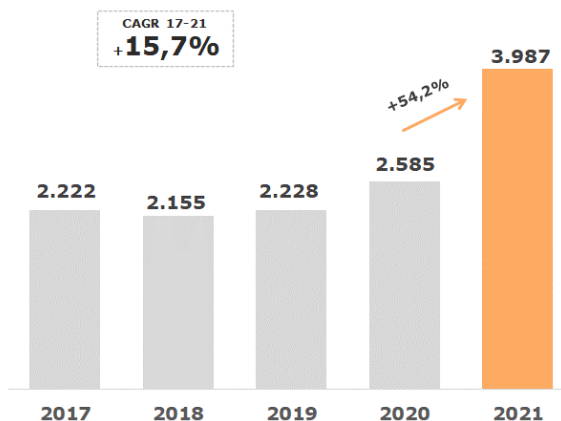
DESEMPENHO FINANCEIRO ¹

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

Evolução da Receita Bruta

(R\$ milhões)

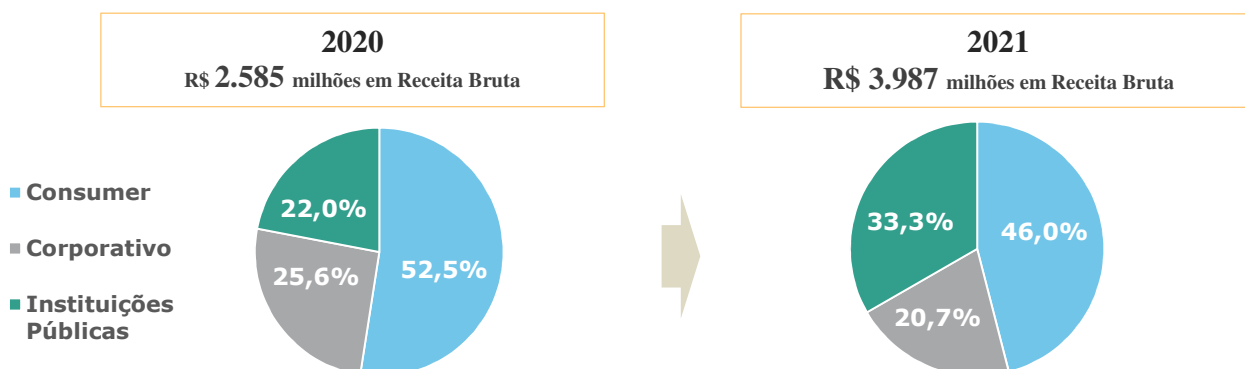


A Receita Bruta de 2021 alcançou R\$ 3.987 milhões, 54,2% maior do que a Receita Bruta reportada no mesmo período de 2020.

O aumento da Receita Bruta ao longo do ano de 2021 deve-se principalmente: (i) à forte demanda em todas as Unidades de Negócios, e (ii) ao crescimento das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis.

Importante ressaltar que até o 3T21 o faturamento do segmento de Meios de Pagamento era alocado dentro da Unidade de *Consumer*, porém, por serem vendas diretas para adquirentes e sub-adquirentes, a partir do 4T21 a receita desta Avenida passa a ser alocada na Unidade de Negócios Corporativos, com a base histórica também sendo ajustada para fins de análise comparativa.

Segmentação da Receita Bruta por Unidade de Negócio



¹ Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Nossa **unidade de vendas no varejo (Consumer)**, que representa 46,0% da Receita Bruta da Companhia, encerrou o ano de 2021 com faturamento de R\$ 1.833 milhões, crescimento de 35,1% em relação ao mesmo período de 2020.

A **unidade de vendas corporativas (Corporativo)** finalizou o ano de 2021 com Receita Bruta de R\$ 826 milhões, 24,9% superior a 2020. Além da crescente demanda por computadores por parte das empresas brasileiras, o crescimento anual da Receita Bruta da Unidade, é explicado (i) pelo aumento de 422% da receita bruta do segmento de meios de pagamento, resultado da conquista de novos clientes no período, e (ii) pela crescente demanda por HaaS, cujo faturamento deste segmento ficou 104,5% superior ao ano de 2020.

Já a **unidade de Instituições Públicas**, potencializada por um maior número de licitações no país e pela necessidade de as instituições públicas de ensino ofertarem notebooks e tablets a seus alunos, encerrou 2021 correspondendo a 33% de *share* do faturamento total da Companhia. A Receita Bruta anual da Unidade ficou 133,7% maior que 2020. Convém destacar que cerca de R\$ 74 milhões de receita referente ao projeto das 225 mil urnas eletrônicas (eleições 2022) foi registrada no 4T21, com o montante restante (cerca de R\$ 850 milhões) previstos para serem realizados no primeiro semestre de 2022.

LUCRO BRUTO

| MARGEM BRUTA | | | |
|---|--------------------|--------------------|-----------------|
| <i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados</i> | | | |
| | 2021 | 2020 | Var. |
| Receita Bruta Consolidada | 3.986.579 | 2.585.440 | 54,2% |
| Descontos e Deduções | (621.092) | (393.267) | 57,9% |
| Receita Líquida Consolidada | 3.365.487 | 2.192.173 | 53,5% |
| Matéria Prima e Mão-de-Obra | (2.584.513) | (1.733.160) | 49,1% |
| Serviços Prestados por Terceiros | (219) | (1.845) | (88,1%) |
| Depreciação e Amortização | (12.149) | (8.422) | 44,3% |
| Custo dos Produtos e Serviços | (2.596.881) | (1.743.427) | 49,0% |
| LUCRO BRUTO | 768.606 | 448.746 | 71,3% |
| MARGEM BRUTA | 22,8% | 20,5% | 2,4 p.p. |

A Receita Líquida no ano foi de R\$ 3.365 milhões, aumento 53,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2021 o Lucro Bruto ficou em R\$ 768,6 milhões (+71,3% YoY), e Margem Bruta de 22,8%.

A melhora da Margem Bruta no ano reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda das Avenidas de Crescimento.

DESPESAS OPERACIONAIS

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

| | 2021 | 2020 | Var. |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Lucro Bruto | 768.606 | 448.746 | 71,3% |
| Receitas/ despesas Operacionais | (465.457) | (171.070) | 172,1% |
| Despesas Comerciais | (363.763) | (272.919) | 33,3% |
| Despesas Gerais e Administrativas | (163.437) | (136.782) | 19,5% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 4.158 | 1.124 | 269,9% |
| Outras receitas/despesas operacionais | 57.585 | 237.507 | (75,8%) |
| Resultado Operacional (EBIT) | 303.149 | 277.676 | 9,2% |

No 4T20, obtivemos R\$ 175,7 milhões de ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, refletido na linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais'. Sendo assim, quando excluimos essa receita não recorrente do 4T20, a linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' apresenta aumento de 34% em 2021 vs. 2020.

Com a gradual retomada da economia, dado os efeitos adversos da pandemia global da Covid-19, somado a maior demanda do setor de tecnologia e ao crescente desenvolvimento dos negócios da Companhia, refletindo no aumento da receita bruta de +54%, algumas linhas de despesas importantes para o nosso negócio como marketing, pesquisa e desenvolvimento e comissões sobre vendas voltaram a crescer, porém de forma inferior ao crescimento da receita bruta. Além disso, cabe lembrar que em 2020 tivemos redução de despesas com pessoal devido a adesão à redução de jornada de trabalho no início da pandemia (Lei 14.020/2020).

EBITDA Recorrente

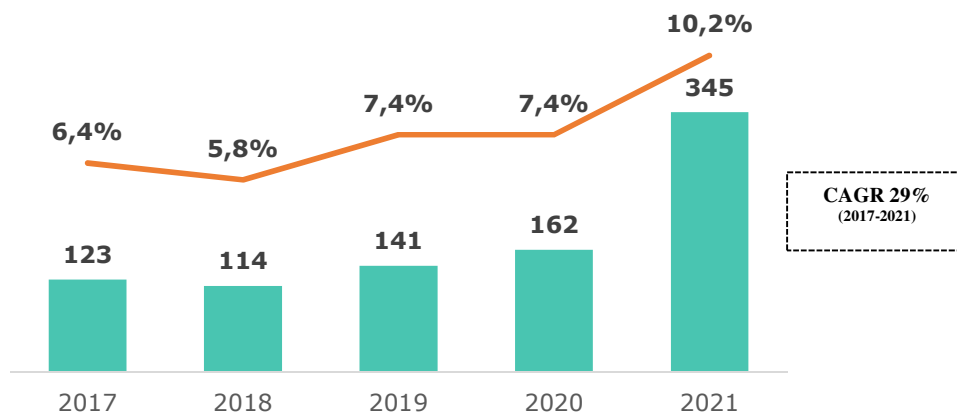
| EBITDA Recorrente | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | Var. |
| EBIT | 303.149 | 277.676 | 9,2% |
| Depreciação e Amortização | 42.344 | 46.102 | (8,2%) |
| Outras receitas/despesas não operacionais | (3.458) | - | n/a |
| EBITDA | 342.035 | 323.778 | 5,6% |
| Margem EBITDA | 10,2% | 14,8% | -4,6 p.p. |
| Hedge de Matérias Primas | 2.835 | 14.429 | (80,4%) |
| Outras receitas (despesas) não operacionais | - | (175.733) | n/a |
| EBITDA RECORRENTE | 344.870 | 162.474 | 112,3% |
| MARGEM EBITDA RECORRENTE | 10,2% | 7,4% | 2,8 p.p. |

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Encerramos o ano com EBITDA Recorrente em R\$ 344,8 milhões, +112,3% superior ao ano anterior, e com margem EBITDA de 10,2%, melhora de 2,8 p.p. comparado a 2020.

Além dos ajustes de hedge de matéria prima, em 2020, conforme mencionado acima, apresentamos ganhos não recorrentes de R\$175,7 milhões obtidos por meio da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

EBITDA Recorrente e Margem EBITDA Recorrente (R\$ milhões)



O consecutivo crescimento anual do EBITDA, conforme ilustrado acima, reflete o ótimo desempenho operacional que a Companhia vem apresentando nos últimos períodos, resultante de uma operação robusta sustentada por um modelo de negócio diversificado e com produtos e serviços de qualidade.

ROIC – Retorno sobre Capital Investido

ROIC

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados.

| | 2021 | 2020 | Var. |
|---|------------------|------------------|------------------|
| EBIT (LTM) | 303.149 | 277.676 | 9,2% |
| IR/CSLL (LTM) | (5.341) | (76.547) | (93,0%) |
| NOPAT (LTM) | 297.808 | 201.129 | 48,1% |
| Capital Empregado | 1.639.010 | 1.139.378 | 43,9% |
| Média do Capital Empregado¹ | 1.389.194 | 928.052 | 49,7% |
| ROIC² | 21,4% | 21,7% | -0,2 p.p. |

1 - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.
2 - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Em continuidade a uma melhor comunicação junto ao mercado, passamos a divulgar nosso ROIC anualizado. A metodologia utilizada considera o retorno sobre o Capital de Giro, que melhor reflete a realidade do setor em que a Companhia se encontra inserida. No 4T21, o ROIC anualizado alcançou 21,4%, com retração de 0,3 p.p. vs. o 4T20. Essa retração se deve ao maior nível de estoques registrado ao final do 4T21, necessário para assegurar o forte crescimento projetado para 2022, em especial na Unidade de Negócios Instituições Públicas.

RESULTADO FINANCEIRO

| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
|---|------------------|-----------------|---------------|
| <i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais.</i> | | | |
| <i>Resultados Consolidados</i> | 2021 | 2020 | Var. |
| Receitas Financeiras | 43.706 | 59.756 | (26,9%) |
| Despesas Financeiras | (158.768) | (100.576) | 57,9% |
| Resultado Financ. Pré-Var. Cambial | (115.062) | (40.820) | 181,9% |
| Varição/ Cobertura Cambial | 20.150 | 35.533 | (43,3%) |
| RESULTADO FINANCEIRO | (94.912) | (5.287) | n/a |

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (*Hedge Accounting*).

Em 2021, registramos resultado financeiro de R\$ 94,9 milhões negativo contra R\$ 5,3 milhões no ano de 2020. A oscilação do resultado reflete o gradual aumento taxa de juros no país ao longo do período, além do reconhecimento de receita financeira com correção monetária de R\$11,7 milhões em 2020 decorrente do reconhecimento dos ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e menor ganho em variação cambial registrado em 2021 vs. 2020.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

| LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE | | | |
|---|----------------|----------------|---------------|
| <i>Valores em milhares de reais, exceto os percentuais.</i> | | | |
| <i>Resultados Consolidados</i> | 2021 | 2020 | Var. |
| Lucro Líquido | 202.896 | 195.842 | 3,6% |
| Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS | - | (218.501) | n/a |
| REFIC ISS Curitiba | - | 18.227 | n/a |
| Impairment de tributos diferidos | - | 61.540 | n/a |
| LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE | 202.896 | 57.108 | 255,3% |

Destacamos que em 2020 o resultado do 4T20 foi positivamente impactado por créditos tributários de litígios referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, da liquidação de processos administrativos em disputas relativas a ISS e pela adoção de procedimentos de contabilização ligados aos tributos diferidos.

Para uma base de comparação mais assertiva, apresentamos a reconciliação do Lucro Líquido de acordo com os ajustes reportados nas Demonstrações Financeiras de 2020. Assim, encerramos o ano de 2021 com R\$ 202,9 milhões de Lucro Líquido Recorrente, expressivo crescimento de 255,3% frente ao ano de 2020.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Positivo Tecnologia determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil atribuído aos investidores da Companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Durante o ano de 2021 foram pagos R\$ 48 milhões em proventos, sendo R\$ 0,34 por ação, referente a competência 2020.

INVESTIMENTOS

Em 2021 a Companhia realizou investimentos de R\$ 57 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2021 com Capital Social de R\$ 722 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R\$ 1,2 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 53,8% estão em circulação (*"Free Float"*).

As ações da Companhia fecharam o ano cotadas a R\$ 10,90/ação, com valorização de 120,4% em 2021. A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 6,5 milhões em 2021, representando um volume financeiro diário médio de R\$ 69 milhões.

Ao final de 2021, a Companhia atingiu R\$1.454 milhões de valor de mercado, apresentando uma valorização de 120% em 12 meses, quando o valor de mercado da Companhia era de R\$ 701 milhões. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia aprovado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de junho de 2020 e 10 de junho de 2021.

Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou também a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2021, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG,

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Positivo Tecnologia S.A (“Companhia”), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou: (i) o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes S.A. em 22/03/2022; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Controladoria e Contabilidade. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal, representado pelos membros abaixo assinados, **opina favoravelmente e encaminha para a deliberação dos acionistas da Companhia** em Assembleia Geral Ordinária, o (i) Relatório Anual da Administração e (ii) Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba, 22 de março de 2022.

Conselheiros Fiscais:


Irineu Homan
13177
Irineu Homan


Lincon Lopes Ferraz
Lincon Lopes Ferraz


Guilherme De Padua Aboud
13178
Guilherme de Pádua Aboud